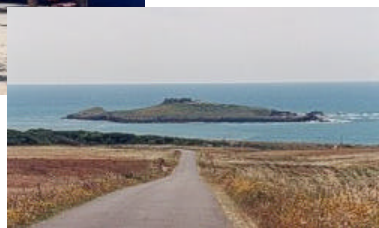
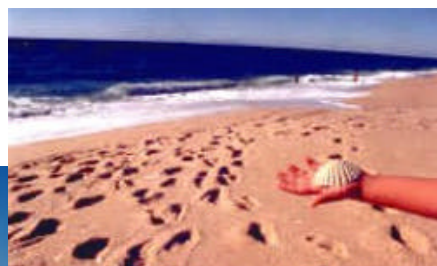


Programa Rede



Diagnóstico Social do Concelho de Sines



Conselho Local de Acção Social de Sines

Janeiro de 2006



Projecto co-financiado pelo Fundo Social Europeu

REDE SOCIAL DE SINES

DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO

ENTIDADE PROMOTORA

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

ELABORADO POR:

NÚCLEO EXECUTIVO

COM O APOIO DO CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL

Sines, Janeiro de 2006

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	11
I - EQUIPAMENTOS/RESPOSTAS SOCIAIS.....	12
1.1 - ISOLAMENTO DOS IDOSOS.....	13
1.2 - APOIO DOMICILIÁRIO AOS VÁRIOS NÍVEIS DE DEPENDÊNCIA.....	21
1.3 - HABITAÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS EM PORTO CÔVO.....	25
1.4 - PRIMEIRA INFÂNCIA (0-3 ANOS).....	30
1.4.1- ALARGAMENTO DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE/PRÉ-ESCOLAR AO MÊS DE AGOSTO E NO NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS.....	34
1.5 - TRANSPORTES PARA AS ZONAS RURAIS.....	38
1.6 - ESPAÇOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS EM PORTO CÔVO.....	42
ANÁLISE DE PRIORIDADES – EQUIPAMENTOS/RESPOSTAS SOCIAIS.....	45
II - EMPREGABILIDADE.....	48
2.1 - FALTA DE OFERTAS DE EMPREGO.....	49
2.2 - INSERÇÃO/REINSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL.....	54
ANÁLISE DE PRIORIDADES – EMPREGABILIDADE.....	60
III – ESTRUTURA FAMILIAR.....	62
3.1 - CRIANÇAS NEGLIGENCIADAS.....	63
3.2 - JOVENS COM COMPORTAMENTOS DE RISCO E/OU DESVIANTES.....	71
3.3 - DEPENDÊNCIAS (ALCOOLISMO E TOXICODEPENDÊNCIA).....	74
3.4 - VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	81
ANÁLISE DE PRIORIDADES – ESTRUTURA FAMILIAR.....	84
IV - SAÚDE.....	87
4.1 - ACESSO À SAÚDE.....	88
4.2 - NÚMERO INSUFICIENTE DE MÉDICOS DE FAMÍLIA, ENFERMEIROS E OUTROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA DAR RESPOSTA A TODAS AS NECESSIDADES.....	92
ANÁLISE DE PRIORIDADES – SAÚDE.....	96
IV - ENSINO.....	98
SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS.....	100
ENSINO SECUNDÁRIO.....	100
5.1 - INSUCESSO ESCOLAR.....	101
5.2 - FALTA DE MOTIVAÇÃO DOS PROFESSORES.....	105
5.3 - FALTA DE RECURSOS NÃO DOCENTES NAS ESCOLAS.....	108
ANÁLISE DE PRIORIDADES – ENSINO.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
BIBLIOGRAFIA.....	114

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Projecção da pirâmide etária da população residente no concelho 2001-2011	pág. 15
Figura 2 – Distribuição dos utentes em equipamento lar segundo o sexo	pág. 15
Figura 3 – Distribuição dos utentes que frequentam o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia e da “A Gralha” - Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo	pág. 16
Figura 4 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo a adequação do horário escolar	pág. 35
Figura 5 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo o mês habitual de férias	pág. 35
Figura 6 – Distribuição dos sujeitos inquiridos de acordo com a escolha do mês de Agosto enquanto período de férias associado ao mês de encerramento da creche/ pré-escolar	pág. 36
Figura 7 – Modelo de Eisenhower – Equipamentos/Respostas Sociais	pág. 45
Figura 8 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo a situação face ao emprego	pág. 50
Figura 9 – Variação do desemprego registado no concelho de Sines, entre períodos homólogos (para os anos 2004-2005)	pág. 50
Figura 10 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o sexo	pág. 51
Figura 11 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o escalão etário e sexo	pág. 51
Figura 12 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo as habilitações literárias	pág. 54
Figura 13 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o tempo de inscrição e sexo	pág. 55
Figura 14 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o grupo profissional	pág. 55
Figura 15 – Modelo de Eisenhower – Empregabilidade	pág. 60
Figura 16 – Distribuição das crianças envolvidas nos processos a decorrer na CPCJS por sexo e escalão etário	pág. 64
Figura 17 – Distribuição das crianças e jovens acompanhados pela CPCJS segundo a escolaridade	pág. 65
Figura 18 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por freguesia	pág. 75
Figura 19 – Distribuição da população utente do C.A.T. do Litoral Alentejano, no que se refere à faixa etária	pág. 76

Figura 20 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por sexo e habilitações literárias	pág. 76
Figura 21 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por sexo e situação profissional	pág. 77
Figura 22 – Modelo de Eisenhower – Estrutura Familiar	pág. 84
Figura 23 – Modelo de Eisenhower – Saúde	pág. 96
Figura 24 – Modelo de Eisenhower – Ensino	pág. 111

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Principais redes rodoviárias

pág. 38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População idosa residente com idade superior a 65 anos segundo a zona geográfica	pág. 13
Tabela 2 – Projecção da população residente no concelho de Sines para 2011, comparativamente com o último recenseamento populacional de 2001	pág. 14
Tabela 3 – Distribuição dos utentes que frequentam os centros de convívio “Espaço Sénior” e “Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo”	pág. 17
Tabela 4 – Índice de Dependência segundo os Censos de 1991 e 2001	pág. 21
Tabela 5 – Utentes do serviço de apoio domiciliário, segundo a freguesia e sexo	pág. 22
Tabela 6 – Número de crianças que frequentam a creche segundo o sexo	pág. 30
Tabela 7 – Crianças em lista de espera para o serviço de amas	pág. 30
Tabela 8 – Número de alunos dos equipamentos de educação pré-escolar por freguesia	pág. 34
Tabela 9 – Distâncias existentes (em km) entre o concelho e as principais cidades do país	pág. 38
Tabela 10 – Número de carreiras diárias segundo as ligações rodoviárias	pág. 39
Tabela 11 – Análise de Prioridades – Equipamentos/Respostas Sociais	pág. 45
Tabela 12 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Equipamentos/Respostas Sociais	pág. 46
Tabela 13 – Situação face ao emprego dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC	pág. 56
Tabela 14 – Nível de ensino dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC	pág. 57
Tabela 15 – Sector profissional dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC	pág. 57
Tabela 16 – Análise de Prioridades – Empregabilidade	pág. 60
Tabela 17 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Empregabilidade	pág. 61
Tabela 18 – Menores acompanhados pela CPCJS segundo o motivo que originou a Intervenção	pág. 65
Tabela 19 – Menores acompanhados pela CPCJS segundo o motivo que originou a Intervenção	pág. 67
Tabela 20 – Distribuição das crianças institucionalizadas segundo a idade	pág. 67
Tabela 21 – Distribuição dos indivíduos por escalão etário no que respeita aos crimes previstos em legislação avulsa/ outros	pág. 75
Tabela 22 – Número de indivíduos que frequentam o Café Convívio de Sines	pág. 78
Tabela 23 – Análise de Prioridades – Estrutura Familiar	pág. 84

Tabela 24 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Estrutura Familiar	pág. 85
Tabela 25 – Distribuição dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Sines	pág. 88
Tabela 26 – Distribuição dos do número de consultas (anos de 2004 e 2005) na Extensão de Saúde de Sines	pág. 89
Tabela 27 – Comparação entre a Europa, Portugal e Distrito de Setúbal relativamente ao número de utentes por médico	pág. 92
Tabela 28 – Recursos humanos do Centro de Saúde de Sines	pág. 93
Tabela 29 – Recursos humanos do Centro de Saúde de Sines – vagas existentes no quadro	pág. 93
Tabela 30 – Análise de Prioridades – Saúde	pág. 96
Tabela 31 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Saúde	pág. 97
Tabela 32 – Número de alunos, salas e taxa de ocupação por sala dos equipamentos do primeiro por freguesia	pág. 99
Tabela 33 – Número de alunos dos equipamentos de segundo e terceiro ciclos	pág. 100
Tabela 34 – Número de alunos, turmas e alunos com NEE na Escola Secundária de Sines	pág. 101
Tabela 35 – Taxa de insucesso escolar nas escolas concelhias	pág. 102
Tabela 36 – Docentes cuja residência se situa a uma distância superior a 50 km	pág. 105
Tabela 37 – Número de Auxiliares de Acção Educativa, segundo o vínculo e respectivo estabelecimento de ensino	pág. 108
Tabela 38 – Análise de Prioridades – Ensino	pág. 111
Tabela 39 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Ensino	pág. 112

SUMÁRIO EXECUTIVO

O posicionamento geográfico do concelho de Sines é motivador de grandes fluxos populacionais, associados não só ao empreendimento industrial como também ao turismo.

Todavia, o concelho apresenta diversos constrangimentos, os quais influenciam toda a sua dinâmica social.

A falta de emprego é um desses constrangimentos. Daí a importância de criar medidas que promovam as actividades económicas, fomentando simultaneamente novos investimentos locais. É importante também promover a qualificação pessoal e profissional dos indivíduos, bem como adequar os conteúdos dos cursos de formação às necessidades concelhias, facilitando posteriormente a inserção/reinserção socioprofissional.

É evidente neste diagnóstico a carência de respostas ao nível da primeira infância. Assim, deverão ser criados novos equipamentos dirigidos a esta faixa etária.

O diagnóstico apresenta também a necessidade de intervir junto das crianças e jovens do concelho, pelo que deverão ser desenvolvidos projectos de forma a combater os comportamentos de risco e promover os estilos de vida saudáveis.

As dependências (alcoolismo e toxicodependência) e as crianças negligenciadas são outras das vulnerabilidades concelhias. É necessário reforçar a articulação institucional, de modo a criar uma intervenção de base sistémica na rede. Assim deverão ser dinamizadas as parcerias locais no sentido de conceber e executar projectos conjuntos de prevenção e intervenção nestas áreas.

Ao nível do ensino, o concelho apresenta alguns constrangimentos no que respeita ao insucesso escolar. Esta realidade impõe a necessidade de concretizar medidas com base na articulação das diversas sinergias locais.

É igualmente patente no diagnóstico a falta de profissionais de saúde, tanto ao nível da medicina, enfermagem como outros profissionais. Urge assim a construção de um novo Centro de Saúde, facilitando o acesso da população aos serviços e a contratualização de mais profissionais de saúde.

Deste documento ressalta que não se pode descurar os recursos locais existentes. Contudo, é necessário a congregação de esforços destas entidades para que a intervenção no terreno junto da população seja mais adequada e eficaz.

INTRODUÇÃO

A Rede Social assenta no esforço conjunto das diversas entidades, no sentido de articular a sua intervenção no terreno, garantindo uma maior eficácia no conjunto de respostas sociais que o concelho tem para oferecer.

Desta forma, a Rede Social visa potenciar as sinergias e recursos locais, promovendo simultaneamente o planeamento participado e o envolvimento de todos os agentes implicados.

O documento que se apresenta resulta do trabalho efectivo de um conjunto de parceiros representativos das principais estruturas concelhias.

Salienta-se a importância não só deste documento, mas de todo o trabalho preconizado pela Rede Social, o qual deverá ser a base dos projectos concelhios. O verdadeiro trabalho de parceria tem por filosofia a congregação de esforços, a partilha de recursos e meios no sentido de efectivar uma intervenção integrada, adequada à realidade e necessidades existentes.

O Diagnóstico Social do Concelho de Sines assume ainda uma maior importância, uma vez que são escassos os documentos que retratam a realidade social do concelho. Concomitantemente, permite o aprofundamento de diversos temas e a análise pormenorizada das problemáticas que, actualmente, necessitam de intervenção.

Este documento encontra-se dividido em 5 capítulos, cada um deles associado a uma grande área problemática, nomeadamente: Equipamentos/Respostas Sociais; Empregabilidade; Estrutura Familiar; Saúde e Ensino. Para cada área/eixo problemático foi efectuada uma análise estatística, bem como uma pesquisa bibliográfica de sustentação ao mesmo, de forma a definir prioridades de intervenção.

De referir ainda que, este é um documento aberto e contínuo, uma vez que a realidade social se encontra em permanente mutação, necessitando assim de actualização constante.

METODOLOGIA

A elaboração do presente diagnóstico atendeu a diversas etapas, as quais obedeceram a algumas técnicas e procedimentos, permitindo a análise dos principais problemas, bem como das prioridades de intervenção no nosso concelho.

As principais fontes de informação estatística foram sobretudo as entidades sedeadas no concelho, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano, o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Instituto da Segurança Social. O grupo de parceiros envolvido nesta recolha de informação procurou, sempre que possível, realizar o seu cruzamento, de modo a não ocorrer duplicação de dados.

A informação recolhida permitiu fundamentar as problemáticas concelhias diagnosticadas e analisadas pelos actores sociais. Estes foram, na realidade, os responsáveis pela identificação exploratória dos principais problemas, através da utilização da técnica de análise S.W.O.T. (isto é, das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças existentes no concelho). A análise S.W.O.T. é provavelmente a mais popular ferramenta usada no Planeamento Estratégico e na resolução dos problemas dos mais diversos níveis. Esta técnica visa gerar alternativas que permitam ao concelho utilizar as suas forças para explorar as oportunidades, enfrentar as ameaças e corrigir as fraquezas existentes.

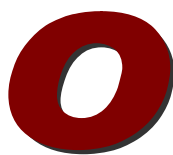
Contudo, esta técnica apresenta algumas lacunas ao nível da análise das causas e consequências dos problemas. Assim, realizaram-se diversas sessões de trabalho com o objectivo de determinar os motivos e os efeitos dos problemas no território.

Após este aprofundamento da realidade social do concelho foram definidas as prioridades de intervenção, utilizando para tal o Modelo de Eisenhower, no qual os problemas são analisados, comparativamente, utilizando as categorias “grau de importância” e “urgência”. Deste modo, foram agrupados os problemas que necessitam de atenção imediata (sendo simultaneamente importantes e urgentes), bem como aqueles problemas que embora sejam importantes não carecem de tamanha urgência.

Por fim, elaborou-se uma grelha de análise de prioridades, na qual foi possível especificar os diversos problemas segundo a dificuldade de resolução, gravidade e urgência, permitindo assim estabelecer dentro do conjunto de necessidades, quais são os problemas mais prioritários.

De salientar o envolvimento do Conselho Local de Acção Social, mais especificamente dos grupos de trabalho e do Núcleo Executivo que participaram, activamente, durante todo este processo.

I – EQUIPAMENTOS/RESPOSTAS SOCIAIS



s serviços e equipamentos de apoio visam o desenvolvimento social, contribuindo para a integração social e para a conciliação da vida familiar, profissional e igualdade de oportunidades.

O grupo de parceiros que trabalhou as questões relacionadas com os equipamentos/respostas sociais analisou nesta área os seguintes problemas concelhios: isolamento de Idosos, carência de equipamentos sociais, ao nível das valências de lar e centro de noite, falta de habitação a custos controlados em Porto Côvo, falta de habitação social para agregados familiares carenciados, falta de equipamentos de apoio à primeira infância (0-3 anos) no concelho, necessidade de alargamento do período de funcionamento da creche/infantário ao mês de Agosto e do número de horas diárias, falta de transportes para as zonas rurais e falta de espaços lúdico-pedagógicos em Porto Côvo (para jovens entre os 10 e os 18 anos).

1.1 - ISOLAMENTO DOS IDOSOS

A transição para a terceira idade ocorre a partir dos 65 anos, uma das maiores mudanças no ciclo de vida, sendo muitos os problemas relacionados com esta fase.

A população idosa tem vindo a aumentar nas últimas décadas devido à melhoria da qualidade de vida e aos progressos da medicina, aumentando não só a longevidade como a esperança média de vida sem incapacidade (Carrilho e Gonçalves, 2004).

Em Portugal, os idosos representam cerca de 16,4% da população total, sendo este valor inferior à percentagem média do Alentejo (23,5%) e do Alentejo Litoral (21,6%). Contrastando com o panorama do Alentejo e Alentejo Litoral, no concelho de Sines a população residente com idade superior a 65 anos é ainda inferior à média nacional (cf. tabela 1).

Tabela 1 – População idosa residente com idade superior a 65 anos segundo a zona geográfica

Zona Geográfica	População residente com idade superior a 65 anos	
	Número Total	(%)
Portugal	1693493	16,4
Alentejo	125874	23,5
Alentejo Litoral	21621	21,6
Sines	2097	15,4

Fonte: INE – Censos 2001

De acordo com a projecção para 2011, verificar-se-á um aumento significativo do número de indivíduos em todas as faixas compreendidas entre os 70 e os 85 ou mais anos, comparativamente aos Censos de 2001, o que corresponderá a um acréscimo médio de 22,4% de idosos.

De salientar ainda que a faixa correspondente aos grandes idosos (igual ou maior 85 anos) representará o maior crescimento, equivalente a 36% (cf. tabela 2).

Tabela 2 – Projecção da população residente no concelho de Sines para 2011, comparativamente com o último recenseamento populacional de 2001

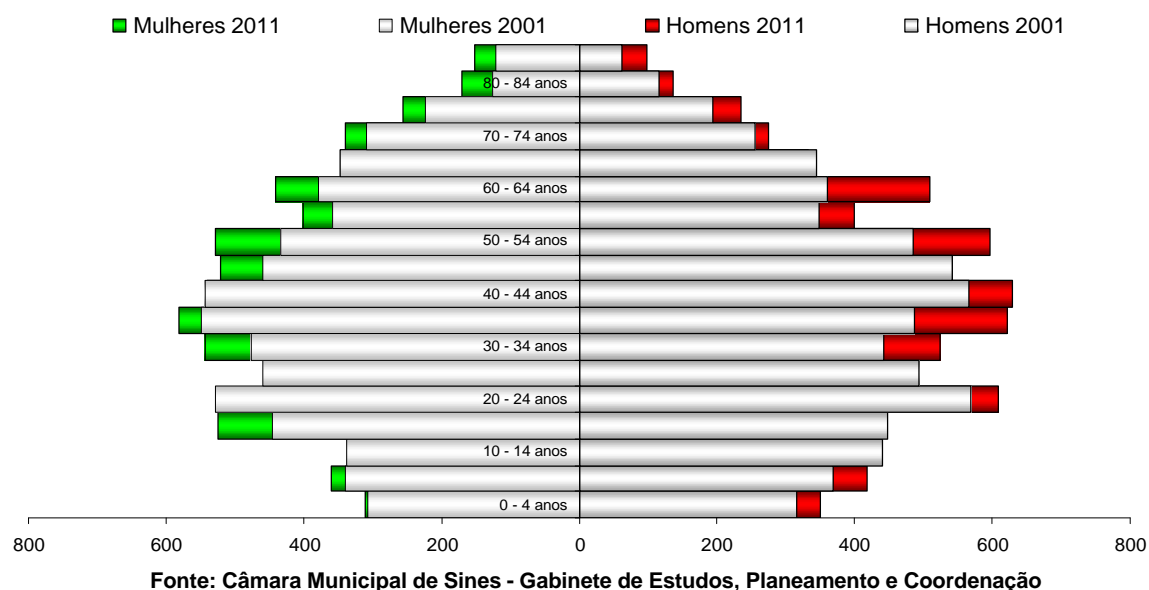
Faixa Etária	2011 Sexo Feminino	2001 Sexo Feminino	2011 Sexo Masculino	2001 Sexo Masculino	2011 Total	2001 Total
0 - 4 anos	311	308	351	315	662	623
5 - 9 anos	360	339	418	368	778	707
10 - 14 anos	334	338	376	440	710	778
15 - 19 anos	525	446	413	447	938	839
20 - 24 anos	434	528	609	569	1043	1097
25 - 29 anos	412	460	417	493	829	953
30 - 34 anos	543	476	525	443	1068	919
35 - 39 anos	581	549	622	486	1203	1035
40 - 44 anos	539	544	629	565	1168	1109
45 - 49 anos	522	460	541	541	1063	1001
50 - 54 anos	528	434	597	485	1125	919
55 - 59 anos	402	358	400	348	802	706
60 - 64 anos	441	379	509	361	950	740
65 - 69 anos	347	347	334	345	681	692
70 - 74 anos	339	309	275	255	614	564
75 - 79 anos	256	223	236	194	492	417
80 - 84 anos	170	125	136	116	306	241
> = 85 anos	151	120	98	63	249	183

Fonte: Câmara Municipal de Sines - Gabinete de Estudos, Planeamento e Coordenação

Ainda no âmbito do estudo do envelhecimento demográfico, a seguir apresenta-se a pirâmide etária que traça uma projecção demográfica da população residente no concelho de Sines para 2011, comparativamente com o último recenseamento populacional de 2001.

Tal como se pode observar será notório o aumento da proporção de idosos face à população jovem. Tratar-se-á de um duplo envelhecimento, isto é, envelhecimento no topo e na base da pirâmide etária.

Figura 1 – Projecção da pirâmide etária da população residente no concelho 2001-2011

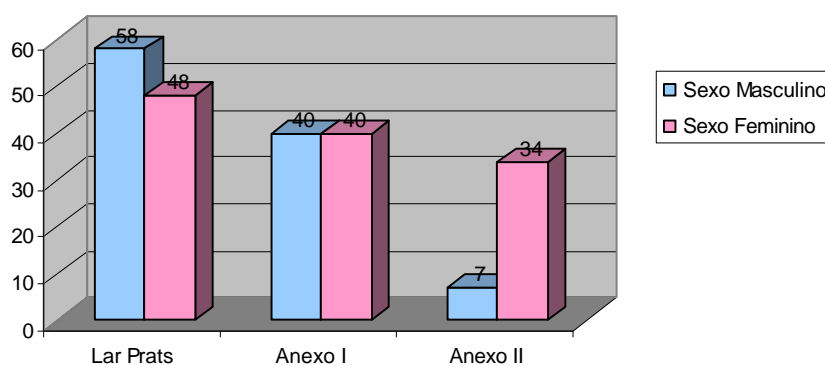


A rede de apoio formal e de combate ao isolamento dos idosos compreende quatro tipos de equipamentos: **lares**, **centros de dia**, **noite** e de **convívio**. O concelho de Sines conta com estes equipamentos, à excepção do centro de noite, sendo que a sua maioria se situa na cidade de Sines. Desta forma, apenas uma instituição possui o equipamento lar – a Santa Casa da Misericórdia de Sines - o qual se encontra dividido em Anexo I, Anexo II e Lar Prats, todos eles na cidade de Sines, possuindo um total de 227 utentes e uma lista de espera de aproximadamente 500 pessoas para internamento.

O **lar** é um equipamento de alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Conforme se pode constatar na figura 2, a maioria dos utentes encontra-se no Lar Prats. Os Anexos I e II possuem menos utentes, uma vez que as suas instalações são menores comparativamente ao Lar Prats.

Figura 2 – Distribuição dos utentes em equipamento lar segundo o sexo.



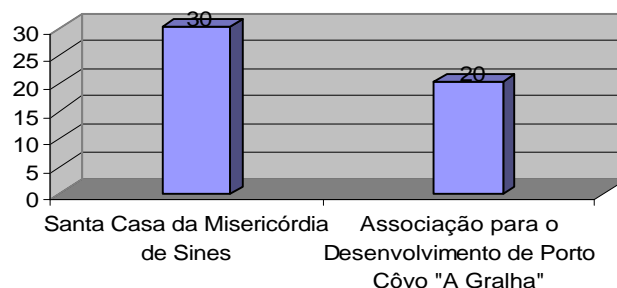
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sines

O **centro de dia** é uma resposta social que proporciona um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção do idoso no seu meio sócio-familiar e que possui os seguintes objectivos:

- ↳ Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas e contribuam para prevenir ou evitar a dependência;
- ↳ Informar e encaminhar para os serviços da comunidade;
- ↳ Favorecer as relações interpessoais e inter-grupos ao nível da comunidade.

Na figura que se segue pode observar-se que a Santa Casa da Misericórdia de Sines possui o maior número de utentes. No caso da Gralha – Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo existem 20 vagas ocupadas para uma capacidade total de 32 (cf. figura 3).

Figura 3 – Distribuição dos utentes que frequentam o Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia e da “A Gralha” – Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sines e “A Gralha” – Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo

O **centro de convívio** é um equipamento social de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais organizadas e dinamizadas pelos idosos.

O Espaço Sénior e a Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo são os únicos equipamentos deste tipo existentes no concelho, encontrando-se nas freguesias de Sines e Porto Côvo. O Espaço Sénior é um equipamento camarário com uma frequência média diária de 110 utentes. A Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo é frequentada por 25 utentes. Em ambos os casos a população é flutuante. O Espaço Sénior é frequentado na sua grande maioria por utentes do sexo masculino e a Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo por utentes do sexo feminino (cf. tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição dos utentes que frequentam os centros de convívio “Espaço Sénior” e “Associação Sócio-Cultural de Porto-Côvo”

Centro de Convívio	Número de Utes	
	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Espaço Sénior – Jardim das Descobertas	45	15
Espaço Sénior – Bairro 1º de Maio	40	10
Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo	7	18

Fonte: Câmara Municipal de Sines e Associação Sócio-Cultural de Porto Côvo

Embora não exista no nosso concelho o centro de noite, esta resposta foi enunciada pelos parceiros sociais como um dos problemas para muitos dos idosos que vivem sós.

O **centro de noite** é uma resposta social desenvolvida em equipamento – de preferência a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (por exemplo, centro de dia, lar ou outra) – dirigida a idosos com autonomia que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivos de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Lar Prats (Santa Casa da Misericórdia de Sines) • Anexos I e II (SCMS) • Apoio Domiciliário (SCMS) • 2 Centros de Dia (SCMS/ “A Gralha”) • 2 Centros de Convívio (CMS) • Centro de Convívio (Associação Sócio-Cultural do Porto-Côvo) • Cursos Extra-Escolares e de Alfabetização • Programa de Desporto para população idosa (CMS) • Passeios de Primavera (CMS) • Transporte semanal de idosos residentes em montes isolados (CMS e Junta da Freguesia de Porto-Côvo) 	<p>Isolamento de Idosos</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • PAII (“A Gralha” – aguarda deferimento) • Centro de Noite • Criação de um banco de voluntariado através da Rede Social • Unidade de Apoio Integrado 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de vagas nos equipamentos sociais competentes • Morosidade no deferimento dos projectos • Falta de espaços para construção • Falta de adesão das entidades a uma iniciativa inovadora • Condições para a criação de um Centro de Noite • Falta de financiamento para o desenvolvimento dos projectos

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Lar Prats (SCMS) • Anexo I e II (SCMS) • Serviço de Apoio domiciliário (SCM) • Centro de Dia (SCMS) • Centro de Dia (Associação “A Gralha”) • 2 Centro de Convívio “Espaço Sénior” (CMS) • Centro de Convívio (Associação Sócio-Cultural do Porto-Côvo) • Cursos extra-escolares e de alfabetização 	<p>Carência de equipamentos sociais, ao nível das valências de lar e centro de noite</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Humanização dos serviços já existentes de apoio a idosos • Instituições Particulares de Solidariedade Social • PAII (“A Gralha”) • Novo lar de idosos (em projecto) • Centro Cívico de Porto Côvo • Cursos de ocupação e alfabetização • Terrenos previstos para a construção de equipamentos de apoio social • Criação de Centro de Noite 	<ul style="list-style-type: none"> • Morosidade no deferimento dos projectos • Aumento crescente do número de idosos • Falta de financiamento para desenvolvimento dos projectos

Face ao problema do **isolamento dos idosos** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Desinteresse por parte das famílias;
- ⇒ Ofertas dos serviços de apoio que não satisfazem nem motivam os idosos;
- ⇒ Famílias que trabalham e que não conseguem apoiar os seus idosos;
- ⇒ Indivíduos que vivem em meios rurais e que por falta de transporte têm dificuldade em deslocar-se;
- ⇒ Acomodação à situação por opção de vida.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Abandono/negligência;
- ⇒ Desaparecimento das redes de vizinhança;
- ⇒ Modificações da estrutura familiar;
- ⇒ Desvalorização do papel do idoso;
- ⇒ Agravamento da situação de saúde;
- ⇒ Falta de qualidade de vida.

Para o problema da **carência de equipamentos sociais, ao nível das valências de lar e centro de noite** foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Falta de apoios financeiros para a criação/manutenção dos equipamentos;
- ⇒ Falta de investimento governamental para a criação de novos equipamentos sociais;
- ⇒ Burocracia/exigência associada à criação/manutenção destes equipamentos.

No que respeita às consequências, identificaram-se as seguintes:

- ⇒ Abandono/negligência;
- ⇒ Isolamento ao nível das respostas sociais;
- ⇒ Agravamento de situações de saúde;
- ⇒ Aumento das listas de espera;
- ⇒ Lares sobrelotados.

1.2 - APOIO DOMICILIÁRIO AOS VÁRIOS NÍVEIS DE DEPENDÊNCIA

Consideram-se em situação de dependência as pessoas que não podem praticar com autonomia os actos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana (cuidados de higiene, realização de serviço doméstico, locomoção) necessitando do auxílio de outrem. Com vista a assegurar a satisfação destas necessidades aos indivíduos doentes, deficientes e com outros impedimentos surge o serviço de apoio domiciliário, o qual presta cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

A tabela seguinte indica o índice de dependência nas regiões em análise relativamente a jovens e idosos nos períodos censitários de 1991 e 2001. Assim verifica-se que em 2001, na maioria das regiões, o índice de dependência dos jovens é inferior ao dos idosos. No entanto, em Sines a dependência dos jovens é semelhante à dos idosos. Na generalidade observa-se uma diminuição do índice de dependência total entre os períodos censitários de 1991 e 2001.

Tabela 4 – Índice de Dependência segundo os Censos de 1991 e 2001

Zona Geográfica	Índice de Dependência (%)					
	Jovens ¹		Idosos ⁴		Total ²	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Portugal	30,1	23,6	20,5	24,2	50,6	47,8
Alentejo	27,6	21,5	30,8	37,3	58,4	58,8
Alentejo Litoral	28,3	20,1	25,9	33,1	54,2	53,2
Sines	30,7	22,5	18,4	22,4	49,1	44,9

Fonte: I.N.E. – Censos 1991 e 2001

Actualmente, este serviço é prestado pela Santa Casa da Misericórdia de Sines a um total de 118 utentes, sendo que 22 pertencem à freguesia de Porto Côvo.

De referir ainda que, na freguesia de Porto Côvo, em Setembro do corrente ano, A Gralha – Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo candidatou-se ao Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII). Este programa foi criado pelo Despacho Conjunto do Ministério da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, de 24.07.1997, publicado no Diário da República n.º 192, II Série, de 21.08.1997) e visa dar resposta à população idosa, a qual carece de acções concertadas e adequadas às suas necessidades, nomeadamente ao nível do serviço de apoio domiciliário (S.A.D.).

¹ O **Índice de Dependência dos Jovens ou Idosos** é a relação entre a população jovem ou idosa e a população em idade activa, por cada 100 indivíduos.

² O **Índice de Dependência Total** corresponde à relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, por cada 100 indivíduos. É a soma dos índices de dependência de jovens e idosos.

Na tabela que se segue verifica-se uma maior prevalência de idosos com idades compreendidas entre os 65 e os 84 anos. É também significativo o número de grandes idosos (com idade superior a 85 anos) face à população apoiada com idade inferior a 64 anos.

Tabela 5 – Utentes do serviço de apoio domiciliário, segundo a freguesia e sexo

Escalões Etários	Sines		Porto Côvo	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 – 24 anos	2	1	0	0
25 – 64 anos	11	4	1	1
65 – 84 anos	28	31	5	8
Superior a 85 anos	9	10	4	3

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Sines

Também o centro de saúde faz prestação de cuidados no domicílio, no âmbito da promoção da saúde e da prevenção da doença, através da visita domiciliária nas áreas curativa (com cerca de 30 utentes) e na área da promoção (com um total aproximado de 20 utentes).

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Santa Casa da Misericórdia• Segurança Social• Centro de Saúde	<p>Falta de apoio domiciliário adequado aos vários níveis de dependência</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Candidatura ao PAII – “A Gralha” (aguarda deferimento) Alargamento do apoio domiciliário aos 7 dias da semana e às 12 horas diárias (higiene corporal habitacional, tratamento de roupa, alimentação)• Criação de um Banco de Voluntariado através da Rede Social• Cuidados Paliativos• Cuidados Continuados• Formação para ajudantes familiares no sentido de promover a humanização dos serviços prestados• Criação de uma Unidade de Apoio Integrado	<ul style="list-style-type: none">• Indeferimento do alargamento do apoio domiciliário por falta de verbas• Falta de técnicos na área da saúde• Falta de voluntários com perfil adequado a esta tarefa

Face ao problema da **falta de apoio domiciliário adequado aos vários níveis de dependência** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Falta de apoios financeiros;
- ⇒ Falta de legislação/regulamentação específica;
- ⇒ Falta de políticas sociais adequadas;
- ⇒ Altas hospitalares precoces;
- ⇒ Aumento do número de grandes idosos;
- ⇒ Inexistência e incapacidade de suporte familiar.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Aumento das situações de isolamento;
- ⇒ Aumento das situações de dependência;
- ⇒ Aumento das listas de espera para apoio domiciliário e lares superlotados;
- ⇒ Desemprego opcional;
- ⇒ Negligência/maus-tratos;
- ⇒ Degradação da qualidade de vida.

1.3 - HABITAÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS EM PORTO CÔVO

No concelho de Sines verifica-se que a sua população tem sofrido diversas oscilações, tendo-se constatado, na década de 50 e 60, uma diminuição acentuada da população, decorrente do êxodo rural, do fenómeno da emigração e da guerra nas ex-colónias ultramarinas. Nos anos 70, com a entrada no território continental de muitos imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesas e com a implementação no concelho de diversas infra-estruturas de cariz industrial (refinaria, complexo petroquímico e a construção de um porto oceânico), verificou-se uma explosão demográfica positiva.

A Portaria n.º 580/83 de 17 de Maio estabelece que as habitações sociais são habitações a custos controlados promovidas pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação económica, pelas instituições de solidariedade social e pela iniciativa privada com apoio financeiro do Estado e destinadas à venda ou arrendamento.

A falta de habitação ou a precariedade da mesma é um dos factores que mais contribui para o fenómeno da pobreza e exclusão social. Um dos motivos associados prende-se com o facto de alguns indivíduos não terem capacidade para aceder a uma habitação condigna, que reúna boas condições de alojamento e higiene, facto que origina, em muitos casos, situações de sobreocupação das habitações e consequentes condições de pobreza e exclusão social.

Actualmente, na sociedade portuguesa constata-se novamente uma realidade sociocultural bastante diversificada originada pelos movimentos migratórios das minorias étnico-culturais, com início nos anos 70, com especial relevo para o período pós Revolução de Abril e consequente descolonização, o que fez com que Portugal passasse a ser um país de destino para os indivíduos das ex-colónias, que fugiam da guerra e da pobreza nos seus próprios países de origem, procurando em Portugal melhores condições de vida.

Esta alteração demográfica levou a que muitas famílias, sem outros recursos, procurassem através da autoconstrução, resolver o seu problema de alojamento. Estas construções localizavam-se maioritariamente na periferia da cidade Sines, dificultando a sua integração no contexto urbano envolvente. Estes núcleos de barracas e casas abarracadas eram locais onde se instalaram camadas populacionais economicamente mais frágeis desenvolvendo-se um processo de degradação material e social, promovendo assim o ciclo de pobreza.

A autarquia, consciente dos graves problemas habitacionais procedeu em 1999 a um levantamento exaustivo das famílias residentes em barracas ou edificações similares existentes no concelho, tendo identificado 238 situações. Após este levantamento celebrou-se um Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Sines e o Instituto Nacional de Habitação, no sentido de erradicar todos os núcleos de barracas existentes e proporcionar a estas famílias uma habitação condigna, em regime de renda apoiada. Actualmente encontram-se realojadas 123 famílias das 238 situações identificadas.

A Câmara Municipal de Sines aderiu também ao programa para a construção de habitações para venda a custos controlados [através da modalidade Contrato de Desenvolvimento de Habitação (CDH) do Instituto Nacional de Habitação] destinados a famílias que não têm meios de os adquirir no mercado. Este programa tem actualmente 172 fogos construídos, vendidos na sua totalidade. A legislação permite a venda destes fogos de uma forma livre, pela empresa construtora, já que os CDH têm por objectivo baixar os preços de mercado das habitações. No entanto, a Câmara Municipal de Sines quis dar um cariz marcadamente social a este empreendimento, procedendo à selecção dos adquirentes por concurso, garantindo prioridades aos que residem e trabalham em Sines, aos que são detentores de menores rendimentos e às famílias com crianças, idosos ou deficientes a cargo.

Outro dos programas da Câmara Municipal de Sines, abrange a alienação de lotes para construção de moradias situadas no Loteamento do Farol e na Courela da Cruz.

Este programa é elaborado de modo a assegurar que os lotes se destinam a garantir habitação própria a famílias a viver ou a trabalhar em Sines e que demonstrem não ter primeira habitação ou terreno para construção no concelho.

A atribuição destes lotes é efectuada por venda em hasta pública a famílias sineenses e a cooperativas a preços equilibrados e definidos previamente através de um regulamento aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais de Sines.

Paralelamente à autarquia, as cooperativas de habitação existentes no concelho venderam fogos a preços muito abaixo dos preços praticados no mercado. A Cooperativa de Habitação e Construção Económica Unidade e Acção, CRL, na freguesia de Sines, vendeu 318 fogos.

A Coopcovo – Cooperativa de Construção e Habitação de Porto Covo construiu e vendeu 65 habitações em duas fases distintas: 35 habitações em 1990 e 32 habitações em 1998.

Embora se tenham construído cerca de 679 habitações, muitas famílias dirigem-se diariamente aos serviços de acção social do concelho por motivos relacionados com a habitação.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Programa Habitacional da Junta de Freguesia de Porto Côvo• Cooperativa de Habitação• CDH como resposta à uma dezena de famílias de Porto Côvo• Alienação de lotes para moradias na freguesia de Sines	<p>Falta de habitação a custos controlados em Porto Côvo</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Levantamento da situação habitacional dos agregados familiares do concelho com vista à candidatura a novos programas• Plano de urbanização para zonas rurais (criação de núcleos urbanos em meios rurais)	<ul style="list-style-type: none">• Falta de terrenos para construção• Indeferimento das candidaturas• Especulação Imobiliária [Porto Covo enquanto um dos 4 núcleos turísticos do Alentejo Litoral (PROTALI)]

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• 3 Programas Habitacionais da Câmara Municipal de Sines:<ul style="list-style-type: none">- Habitação Social (realojamento de 124 famílias;- Habitação para venda a custos controlados (venda de 172 fogos em regime de Contrato de Desenvolvimento de Habitação)- Alienação de lotes para moradias• Cooperativas de Habitação• Apoio ao arrendamento jovem (INH)	<p>Falta de habitação social para agregados familiares carenciados</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Levantamento da situação habitacional dos agregados familiares do concelho com vista à candidatura a novos programas• Programas financiados pelo Instituto Nacional de Habitação	<ul style="list-style-type: none">• Indeferimento das candidaturas• Falta de terrenos para construção• Oscilação da população residente• Especulação imobiliária

Relativamente ao problema da **falta de habitação a custos controlados em Porto Côvo**, foram identificadas as seguintes causas:

- ⇒ Falta de investimento por parte das entidades competentes;
- ⇒ Habitação a elevados custos.

No que concerne às consequências deste problema, listam-se as seguintes:

- ⇒ Saída dos jovens da freguesia;
- ⇒ Envelhecimento da população;
- ⇒ Perda da identidade cultural;
- ⇒ Sobreocupação habitacional.

Quando analisado o problema da **falta de habitação social para agregados familiares carenciados**, foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Investimento insuficiente por parte do governo no concelho.

E as seguintes consequências:

- ⇒ Especulação dos valores de arrendamento;
- ⇒ Agravamento das carências socio-económicas.

1.4 - PRIMEIRA INFÂNCIA (0-3 ANOS)

A **creche** é um equipamento social de âmbito sócio-educativo que presta apoio a crianças até aos 3 anos de idade durante o período diário correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas de desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Segundo os dados fornecidos por estes equipamentos sociais do concelho existem 172 crianças a frequentar a creche.

Tabela 6 – Número de crianças que frequentam a creche segundo o sexo

Nome do Equipamento	Número de Crianças
“O Capuchinho Vermelho”	47
“O Pintainho”	75
“A Conchinha”	50

Fonte: Infantários Capuchinho Vermelho, Pintainho e Conchinha

De salientar que os equipamentos mencionados se encontram na freguesia de Sines, não existindo esta resposta na freguesia de Porto Côvo.

Outra resposta para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos é o serviço de **ama**. Trata-se de um serviço prestado por uma pessoa idónea, no seu domicílio que, mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças durante o período de trabalho ou impedimento dos pais. Os dados que se seguem reportam ao serviço de amas apoiado pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

À data de recolha dos dados existiam 32 crianças com idade inferior a 3 anos na freguesia de Porto Côvo. Destas, 4 encontram-se integradas na única ama existente na freguesia, existindo uma lista de espera com 10 crianças.

Em Sines existem 5 amas, com uma média de 4 crianças cada. De referir que 24 crianças encontram-se ainda em lista de espera (dados referentes a ambas as freguesias), tornando esta resposta claramente insuficiente face às necessidades existentes. Na tabela seguinte apresenta-se a listagem de crianças em lista de espera por idade, podendo observar-se que a maioria de crianças sem resposta pertencem ao escalão etário entre 1 e 2 anos.

Tabela 7– Crianças em lista de espera para o serviço de amas

Idade	Número de Crianças
3 meses a 1 ano	7
1 ano a 2 anos	11
2 anos a 3 anos	6
Total	24

Fonte: Centro Distrital de Segurança Social/Serviço de Acção Social

Tal como acontece no serviço de amas, também as creches possuem longa lista de espera, com um total de 61 crianças.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças

- 1 ama da Segurança Social em Porto Côvo
- 4 amas da Segurança Social em Sines
- 3 Creches (O Capuchinho Vermelho; O Pintainho; A Conchinha)
- Rede Social de Apoio

Fraquezas

Falta de equipamento de apoio à primeira infância (0-3 anos) no concelho

Oportunidades

- Projecto para a construção/substituição do infantário “O Pintainho”
- Construção de novas creches (FEDER medida 5.6)
- Formação/integração de mais amas da Segurança Social

Ameaças

- Morosidade no deferimento dos projectos
- Falta de terrenos para construção
- Aumento da taxa de natalidade

Face ao problema da **falta de equipamento de apoio à primeira infância (0 – 3 anos) no concelho** diagnosticaram-se as seguintes causas:

⇒ Falta de investimento/financiamento por parte do Estado e suas instituições.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

⇒ Aumento do número de crianças em lista de espera;

⇒ Desemprego feminino;

⇒ Aumento de situações de risco;

⇒ Aumento das “amas clandestinas”;

⇒ Isolamento das populações.

1.4.1- ALARGAMENTO DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DA CRECHE/PRÉ-ESCOLAR AO MÊS DE AGOSTO E NO NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS

Segundo a Lei nº 5 / 97, de 10 de Fevereiro, a educação pré-escolar é a primeira etapa básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar à acção educativa da família, com a qual se deve estabelecer estreita cooperação. Pretende-se assim favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em conta a sua plena inserção na sociedade. Estes estabelecimentos de ensino destinam-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Os dados referentes ao número de crianças a frequentar a creche foram anteriormente analisados na problemática “falta de equipamento de apoio à primeira infância (0-3 anos) no concelho”. Existem no Concelho de Sines 8 equipamentos de ensino pré-escolar públicos e privados, contabilizando um total de 400 alunos, sendo que 6 deles se encontram na freguesia de Sines, (cf. tabela 6).

Tabela 8 - Número de alunos dos equipamentos de educação pré-escolar por freguesia

Freguesia	Nome do Equipamento de Educação Pré-Escolar	Número de Alunos
Sines	Jardim-de-infância o “Pintainho”	90
	Jardim-de-infância o “Capuchinho”	50
	Jardim-de-infância a “Conchinha”	128
	Jardim-de-infância N.º 1	60
	Jardim-de-infância N.º 2	40
	Jardim-de-infância Lentiscais	8
Porto Covo	Jardim-de-infância de Porto Covo	20
	Pré-escolar da Cabeça da Cabra	4

Fonte: Infantários Pintainho, Capuchinho, Conchinha e Agrupamento Vertical de Escolas

Dado o encerramento destes equipamentos durante o mês de Agosto, o Atelier de Tempos Livres “A Gaivota”, valência da Junta de Freguesia de Sines, iniciou um conjunto de oficinas infantis destinadas a crianças entre os 4 e os 6 anos. Assim, no passado mês de Agosto (2005) participaram 28 crianças, distribuídas da seguinte forma: 7 com 4 anos, 11 com 5 anos e 10 com 6 anos.

Com o objectivo de analisar a necessidade dos pais/encarregados de educação, no que respeita ao período de funcionamento da creche e jardim-de-infância foi elaborado um questionário (Anexo A), cujo tratamento estatístico se encontra no Anexo B.

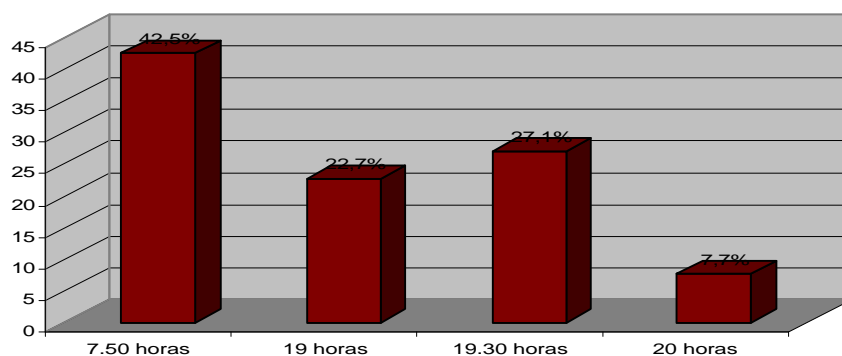
Na amostra não se encontra incluído o Infantário Capuchinho Vermelho, valência da Santa Casa da Misericórdia de Sines, a qual informou que “anteriormente haviam sido realizadas várias

sondagens” das quais verificaram que “o número de crianças que permaneciam no infantário durante o mês de Agosto não justificava o funcionamento do mesmo”. Assim, a instituição resolveu não participar neste questionário por considerar que este iria confirmar a “sondagem” já realizada. De seguida apresentam-se os principais resultados do estudo.

A dimensão da amostra de encarregados de educação (n=88) foi calculada considerando uma população total de 572, para um intervalo de confiança de 95% e um erro de 10%.

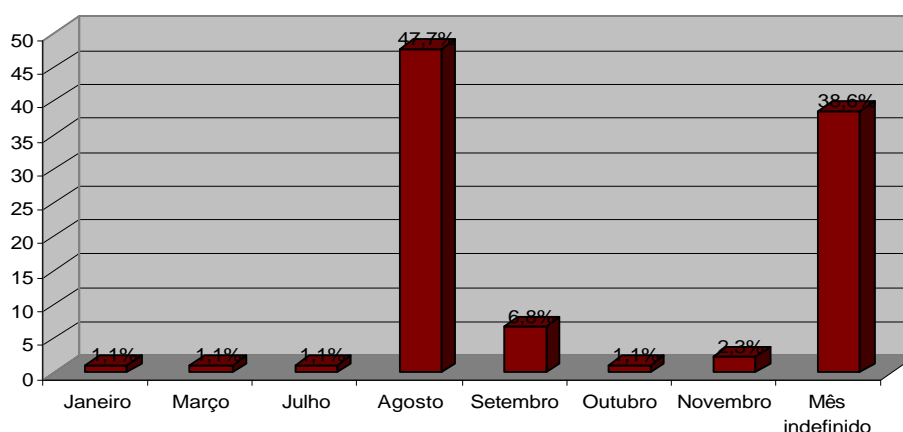
Face ao horário escolar, 13 inquiridos consideraram que este se encontra desajustado às suas necessidades (correspondendo a 14,8% da amostra total). Desta forma, 42,5% dos sujeitos que não concordaram com o horário estabelecido sugeriu que a creche/pré-escolar deveria iniciar a sua actividade às 7.50 horas e finalizar às 19.30 horas (27,1%).

Figura 4 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo a adequação do horário escolar



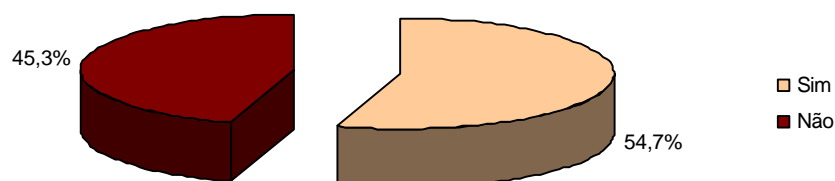
No que concerne ao mês habitual de férias, 47,7% dos inquiridos (correspondendo a 23 sujeitos) referiu ser o mês de Agosto e 38,6% salientou não possuir um mês definido.

Figura 5 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo o mês habitual de férias



De relevância para este estudo foi perceber se a escolha do mês de Agosto como período de férias estava ou não associada ao mês de encerramento da creche/ pré-escolar. Desta forma, 54,7% dos inquiridos afirmou que “sim” e 45,3% salientou que “não”.

Figura 6 – Distribuição dos sujeitos inquiridos de acordo com a escolha do mês de Agosto enquanto período de férias associado ao mês de encerramento da creche/ pré-escolar



Embora os dados obtidos não corroborem a problemática em análise, os técnicos que intervêm no terreno consideram que o encerramento do infantário no mês de Agosto motiva muitos dos atendimentos de acção social, levando os encarregados de educação à procura de soluções para resolução deste problema, nomeadamente gozo de férias, baixas médicas, amas ilegais, entre outros.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Equipamentos de Educação Pré-Escolar• Atelier de Tempos Livres “A Gaivota” durante o período de Verão• Amas da Segurança Social• Rede Social de Apoio	<p>Alargamento do período de funcionamento da creche/pré-escolar ao mês de Agosto e no número de horas diárias</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Substituição do equipamento “Pintainho” e alargamento a Porto Côvo (em projecto)• Amas da Segurança Social• Ampliação do pré-escolar para Porto Covo	<ul style="list-style-type: none">• Pouca disponibilidade e resistência à mudança por parte das instituições• Falta de financiamento para a concretização dos projectos

1.5 - TRANSPORTES PARA AS ZONAS RURAIS

O grande empreendimento industrial patente no concelho promoveu a construção das principais redes viárias, IP8 e IC33, sendo que esta última sofreu recentemente obras de beneficiação. O IC33 permite um acesso às capitais de Distrito e do País (Setúbal e Lisboa) através da ligação que estabelece com a auto-estrada do sul – A2. No entanto o IC33 é manifestamente insuficiente para as necessidades provocadas pelo Complexo Industrial, dificultando a circulação dos cidadãos.

Mapa 1 – Principais redes rodoviárias



Na tabela seguinte pode observar-se as distâncias entre a sede de concelho e as principais cidades do país. Assim, Sines encontra-se a 100 km de Beja e 163 km de Lisboa.

Tabela 9 – Distâncias existentes (em km) entre o concelho e as principais cidades do país

Localidade	Distância (km)
Faro	184
Beja	100
Setúbal	130
Lisboa	163
Coimbra	332
Porto	442

No que concerne às distâncias intra-concelho, a freguesia de Sines encontra-se separada por 24 km da freguesia de Porto Côvo, sendo as acessibilidades de boa qualidade.

A Rodoviária do Alentejo e Rede Expressos são as empresas que asseguram o serviço regular de transporte colectivo.

Tal como se pode verificar na tabela seguinte, a maioria das carreiras existentes percorrem o trajecto Sines – Santiago do Cacém e Santiago do Cacém – Sines. A prevalência de indivíduos que efectuam este percurso em transporte colectivo são estudantes e população activa a trabalhar fora do concelho.

Tabela 10 – Número de carreiras diárias segundo as ligações rodoviárias

Ligações	Número de Carreiras Diárias	Ligações	Número de Carreiras Diárias
Sines – Lisboa	16 ³	Lisboa – Sines	9
Sines – Beja	1 ⁴	Beja – Sines	2 ⁵
Sines – Porto Côvo	9 ²	Porto Côvo – Sines	8 ²
Sines – Santiago do Cacém	12 ⁶	Santiago do Cacém – Sines	16 ⁷
Sines – Cercal	7 ⁸	Cercal – Sines	5 ⁹

Fonte: Rodoviária do Alentejo

A Câmara Municipal de Sines assegura, desde Setembro de 2005, os transportes urbanos, que se efectuam na cidade de Sines.

A Câmara Municipal de Sines e a Junta de Freguesia de Porto-Côvo, asseguram semanalmente o transporte de residentes em montes isolados.

De salientar ainda a existência de 10 táxis na freguesia de Sines e Porto Covo.

Das 16 carreiras 9 são diárias, 2 realizam-se apenas nos dias úteis, 2 às segundas-feiras e 3 às sextas-feiras, sábados e domingos.

² Apenas nos dias úteis.

³ Sendo que 1 delas apenas se faz nos dias úteis.

⁴ Das 12 carreiras 10 são aos dias úteis e 2 são aos fins-de-semana e feriados.

⁵ Das 16 carreiras 14 efectuam-se apenas nos dias úteis e 2 são aos fins-de-semana e feriados.

⁶ Das 7 carreiras, 3 realizam-se nos dias úteis e 4 em dias úteis durante os períodos escolares.

⁷ Das 5 carreiras, 2 realizam-se nos dias úteis e 3 em dias úteis durante os períodos escolares.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

Forças

- Rodoviária do Alentejo
- Rede Expressos
- Transportes escolares
- Transporte da CMS semanal de idosos residentes em montes isolados
- 10 Taxis

Fraquezas

Falta de transportes para as zonas rurais

Oportunidades

- Alargamento dos circuitos dos transportes municipais às localidades rurais

Ameaças

- Inexistência de transporte durante as férias escolares
- Falta de circuitos rurais

As causas associadas ao problema da **falta de transporte para as zonas rurais** são:

- ⇒ Não reestruturação da rede viária;
- ⇒ Reduzido número de habitantes em determinados locais;
- ⇒ Má acessibilidade.

As consequências associadas são:

- ⇒ Isolamento das populações.

1.6 - ESPAÇOS LÚDICO-PEDAGÓGICOS EM PORTO CÔVO

A promoção de contextos para a prática da actividade lúdico-pedagógica, recreativa ou desportiva de grande envolvimento físico e psíquico contribuem para a criação e aquisição de hábitos e estilos de vida saudáveis.

Os espaços lúdico-pedagógicos possibilitam o desenvolvimento motor, social, emocional e intelectual das crianças e jovens, evitando práticas e comportamentos de risco.

Ao brincar e jogar o indivíduo integra-se no mundo das relações sociais, contribuindo para o seu desenvolvimento e socialização.

Embora a freguesia de Sines possua diversas instituições que realizam actividades destinadas a crianças e jovens, na freguesia de Porto Côvo existe apenas um grupo desportivo que possibilita aos interessados a prática de futebol e atletismo, um posto de Internet e um espaço desportivo polivalente.

Durante os meses de Julho, Agosto e primeira semana de Setembro, a Junta de Freguesia de Porto Covo em parceria com A Gralha – Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo e a Associação Contra-Regra, realizam um Atelier de Tempos Livres de Verão, que possibilita às crianças e jovens entre os 6 e os 12 anos a realização de actividades ao nível da expressão plástica e dramática, idas à praia e à piscina, entre outras. No Verão de 2005 este Atelier de Tempos Livres contou com a participação de 10 crianças e jovens.

S.W.O.T. Equipamentos/ Respostas Sociais

<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clube Desportivo e Recreativo de Porto-Côvo • Posto público de acesso à Internet • Ateliers de Tempos Livres – Junta de Freguesia de Porto Covo (“A Gralha”/“Associação Contra Regra”) • “Férias Aventura” (CMS) 	<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <p style="text-align: center;">Falta de espaços lúdico-pedagógicos em PortoCovo (para jovens entre os 10 e os 18 anos)</p>
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cedência de um espaço físico para o desenvolvimento de actividades lúdico-pedagógicas diversas • Workshops/Ateliers vocacionados para áreas de interesse dos jovens • Desenvolvimento de projectos de prevenção de comportamentos de risco/desviantes • Candidatura da “Gralha” e – Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo em parceria com a “Espiga”, ao projecto EDP Solidária 2005 (aguarda deferimento) 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um espaço físico específico para a realização de actividades destinadas a esta faixa etária • Indeferimento das candidaturas • Falta de financiamento para a realização das actividades

Quando analisado o problema da **falta de espaços lúdico-pedagógicos em Porto Côvo (para jovens entre os 10 e 18 anos)**, diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Falta de investimento.
- ⇒ Falta de espaços para construção

As consequências inerentes a este problema são as seguintes:

- ⇒ Desocupação das crianças e jovens;
- ⇒ Aumento dos comportamentos de risco.

Figura 7 – Modelo de Eisenhower – Equipamentos/Respostas Sociais

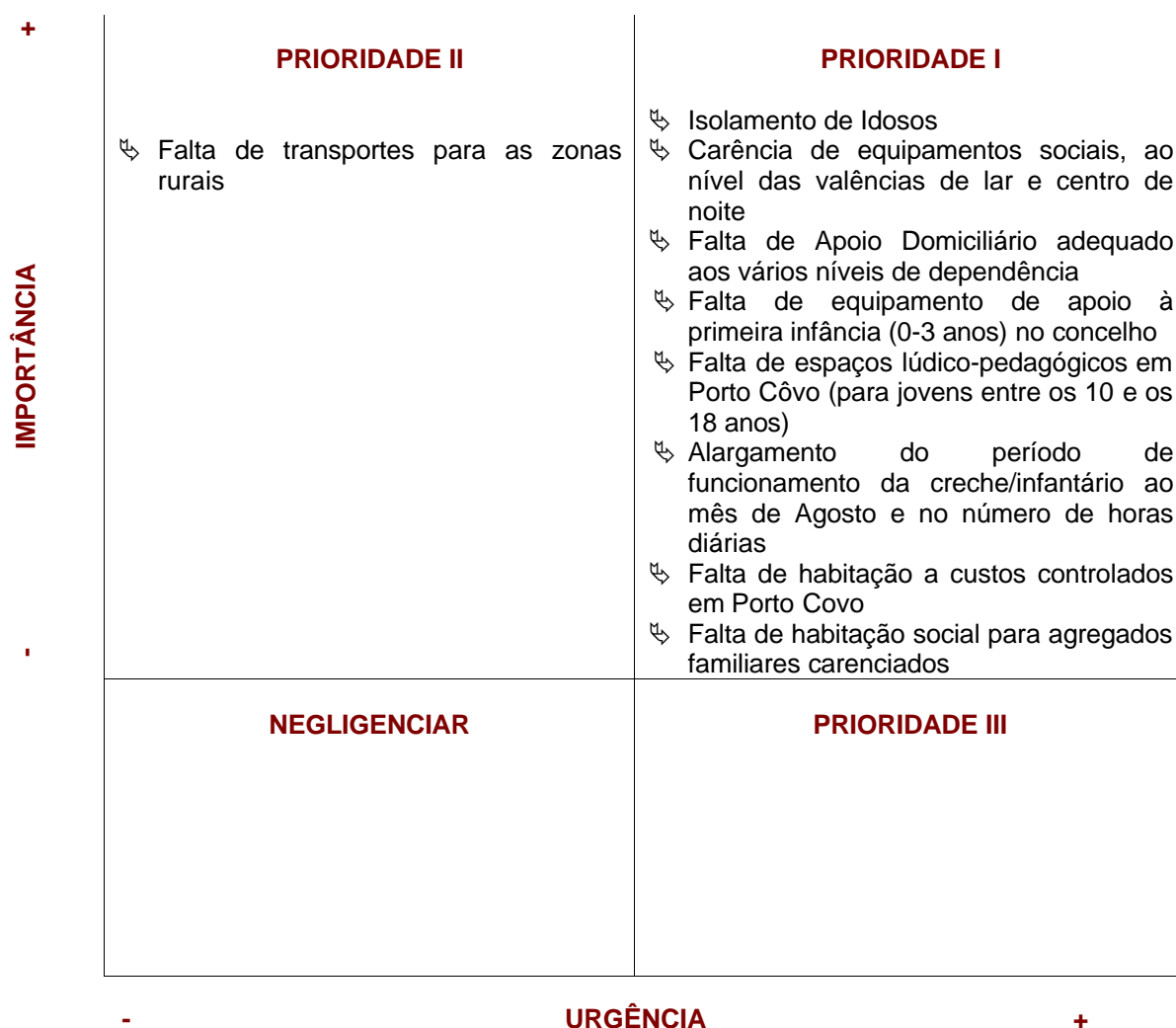


Tabela 11 - Análise de Prioridades – Equipamentos/Respostas Sociais

Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Isolamento dos idosos	7	6	8	21
Carência de equipamentos sociais, ao nível das valências de lar e centro de noite	9	9	7	25
Falta de Apoio Domiciliário adequado	7	8	9	24
Falta de habitação a custos controlados em Porto Côvo	10	7	7	24
Falta de habitação social para agregados familiares carenciados	9	7	7	23

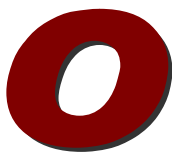
Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Falta de equipamento de apoio à primeira infância (0 – 3 anos) no concelho	7	9	10	26
Alargamento do período de funcionamento da creche/infantário ao mês de Agosto e no número de horas diárias	6	8	8	22
Falta de transporte para as zonas rurais	6	6	6	18
Falta de espaços lúdico-pedagógicos em Porto Côvo (para jovens entre os 10 e os 18 anos)	9	7	8	24

Tabela 12 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Equipamentos/Respostas Sociais

Prioridades de Intervenção	Impacto Pretendido	Indicadores de Avaliação
Isolamento dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> Minimização do isolamento social, promovendo a inserção dos idosos em Centro de Dia, Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário; Criação de um Banco de Voluntariado; Aumento/Alargamento da rede de transportes rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de idosos em Centro de Dia, Convívio e Serviço de Apoio Domiciliário; Número de participantes/actividades desenvolvidas para ocupação dos idosos; Número de transportes existentes/ oferta de horário.
Carência de equipamentos sociais, ao nível das valências de lar e centro de noite	<ul style="list-style-type: none"> Melhoramento da qualidade de vida dos idosos; Diminuição do isolamento; Evitar a institucionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição do número de indivíduos em lista de espera para a valência de lar; Avaliação efectuada pelos idosos utentes; Aderência dos idosos à valência Centro de Noite.
Falta de Apoio Domiciliário adequado aos vários níveis de dependência	<ul style="list-style-type: none"> Acções de formação para ajudantes familiares no sentido de promover a humanização do serviço prestado; Reforçar as respostas de apoio à população dependente; 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação efectuada pelos utentes

	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um Banco de Voluntariado. 	
Falta de habitação a custos controlados em Porto Côvo	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de fogos disponíveis para habitação a custos controlados; • Evitar a saída dos jovens da freguesia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de indivíduos/agregados familiares a residir em habitação a custos controlados; • Aumento da população jovem residente em Porto Côvo.
Falta de habitação social para agregados familiares carenciados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da qualidade/condições de vida dos agregados familiares; • Minimização das situações de pobreza/exclusão social dos agregados familiares; 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de agregados familiares realojados em habitação social.
Falta de equipamento de apoio à primeira infância (0-3 anos) no concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de equipamentos no concelho; • Alargamento da rede de amas 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de espera dos equipamentos/amas
Falta de transporte para as zonas rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão dos transportes urbanos ao meio rural, facilitando a acessibilidade da população residente na periferia de Sines; • Criação de um transporte exclusivamente destinado às zonas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de utilizadores
Falta de espaços lúdico-pedagógicos em Porto Côvo (para jovens entre os 10 e 18 anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação/cedência de um espaço de ocupação de tempos livres destinado a crianças e jovens; • Combater os comportamentos de risco e fomentar os estilos de vida saudáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de crianças/jovens integrados em actividades lúdico-pedagógicas.

II – EMPREGABILIDADE



O contexto socio-económico em que o sujeito se insere poderá desencadear/ influenciar directa ou indirectamente dinâmicas produtoras de situações de pobreza e exclusão social. Assim, o emprego é percepcionado como uma das condições mais significativas do ser humano, uma vez que o exercício de uma actividade remunerada assegura a integração dos indivíduos na sociedade e a coesão social.

A execução das políticas de emprego e formação profissional, definidas e aprovadas pelo governo, são da competência do Instituto do Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.). Este organismo é composto pelas Delegações Regionais, distribuídas pelo País, as quais enquadram os Centros de Emprego, Formação Profissional, Gestão Directa, Reabilitação Profissional e de Apoio à Criação de Empresas.

O concelho de Sines enquadra-se na Delegação Regional do Alentejo, no Centro de Emprego de Sines, o qual abrange as áreas de intervenção de Sines, Santiago do Cacém e Odemira. O Centro de Emprego é uma estrutura que proporciona ao utente um serviço mais personalizado, podendo ser acompanhado por uma equipa técnica, multidisciplinar, que o apoiará na definição e implementação do seu Plano Pessoal de Emprego.

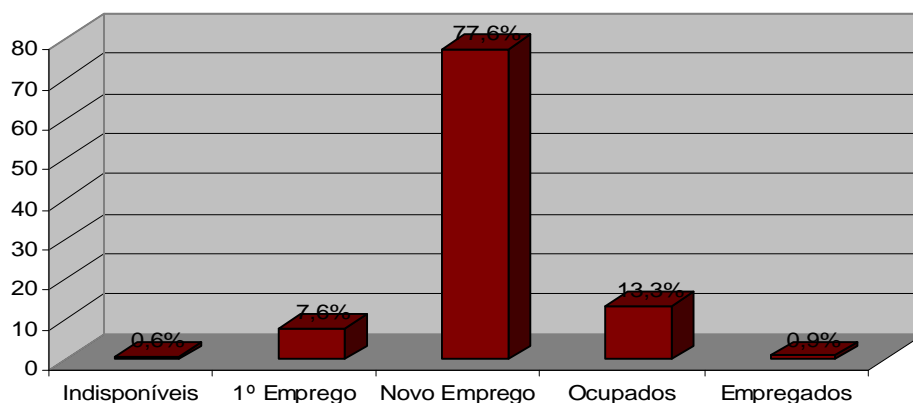
2.1 - OFERTAS DE EMPREGO

O Instituto de Emprego e Formação Profissional considera para efeitos da estatística do desemprego os pedidos de emprego registados, ou seja, o número total de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei), inscritas nos Centros de Emprego a fim de obter emprego por conta de outrem. Os referidos pedidos de emprego subdividem-se em quatro categorias:

- ⇒ **Desempregados/Desemprego Registrado** – indivíduos que não têm emprego e que estão imediatamente disponíveis para trabalhar, seja como primeiro emprego (pessoas que nunca trabalharam) ou novo emprego (pessoas que já trabalharam e que aguardam reinserção no mercado de trabalho).
- ⇒ **Empregados** – Indivíduos que têm emprego, mas que pretendem abandoná-lo.
- ⇒ **Ocupados** – Trabalhadores ocupados em programas especiais de emprego.
- ⇒ **Indisponíveis temporariamente** – Indivíduos desempregados ou empregados que não reúnem condições imediatas para o trabalho por motivos de saúde.

Assim, os dados facultados por esta instituição evidenciam que a maioria dos inscritos (77,6%) procuram novo emprego, isto é, visam a reinserção no mercado de trabalho. No que respeita aos candidatos à procura do primeiro emprego, estes representam 7,6% do total dos inscritos (cf. figura 8).

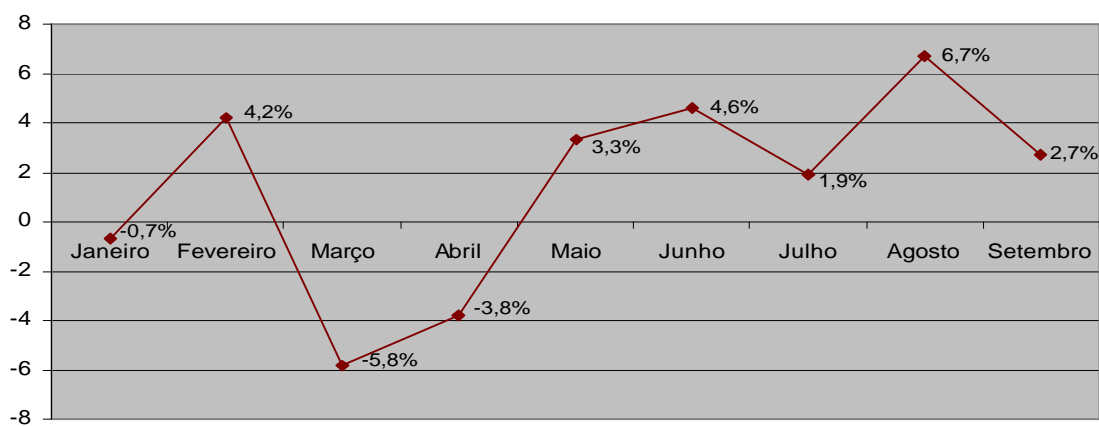
Figura 8 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo a situação face ao emprego.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

A comparação entre períodos homólogos dos anos 2004-2005 demonstra um decréscimo do número de desempregados do concelho no primeiro trimestre deste ano (-0,7%). Contudo no segundo e terceiro trimestres, o número total de desempregados inscritos no Centro de Emprego, pertencentes ao concelho de Sines volta a aumentar progressiva e significativamente (1,3% e 3,7%).

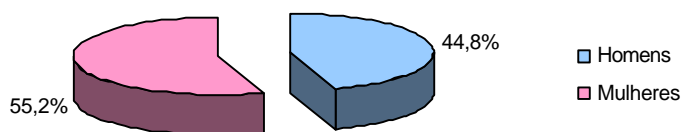
Figura 9 – Variação do desemprego registado no concelho de Sines, entre períodos homólogos (para os anos 2004-2005).



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

À semelhança dos dados apresentados no Pré-Diagnóstico Social mantém-se a tendência para a predominância do desemprego feminino (cf. figura 10).

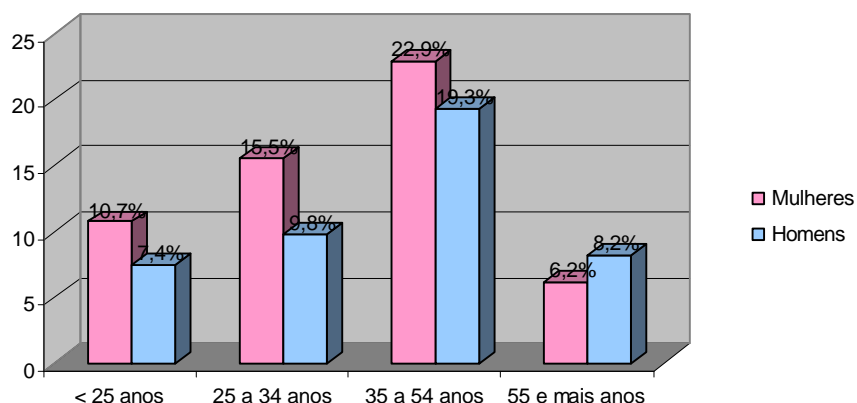
Figura 10 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o sexo.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

Na figura11 constata-se que, com excepção do escalão etário superior (isto é, mais de 55 anos), a percentagem de desempregados do sexo feminino é sempre superior à do masculino. A idade é, de facto, um condicionante à inserção/reinserção no mercado de trabalho. Com o aumento da idade, o desempregado tem cada vez mais dificuldade em encontrar emprego ou inserir-se em programas de formação profissional, tendo em vista a reciclagem ou adaptação a um novo ramo ou profissão.

Figura 11 - Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o escalão etário e sexo.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

S.W.O.T. **Empregabilidade**

<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projectos financiados para desenvolver o próprio emprego • UNIVA • Cursos de formação profissional • Câmara Municipal de Sines – Gabinete de Apoio ao Empresário 	<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <p style="text-align: center;">Falta de ofertas de emprego</p>
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção das actividades económicas do concelho • Divulgação das oportunidades económicas • Acções de formação • POEFDS • Criação de pequenas empresas • Programas ocupacionais, como facilitadores da integração profissional • Candidatura a Empresa de Inserção - “A Gralha” (aguarda deferimento) 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de pequenas empresas • Falta de motivação dos desempregados • Precariedade do trabalho • Tendência para o aumento do desemprego de longa duração associado ao baixo nível de instrução/ qualificação dos desempregados com idades superiores a 35 anos • Programas ocupacionais utilizados como substitutos de postos reais de trabalho

Ao problema da **falta de ofertas de emprego** associam-se as seguintes causas:

- ⇒ Conjuntura actual a nível económico, social e político;
- ⇒ Quadros institucionais completos (embora, por vezes, inadequados à realidade);
- ⇒ Apoio insuficiente para a criação de novas empresas;
- ⇒ Incapacidade das instituições/empresas para a abertura de novos concursos.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Aumento do desemprego;
- ⇒ Insuficiência de recursos económicos e consequentes situações de pobreza/exclusão social.

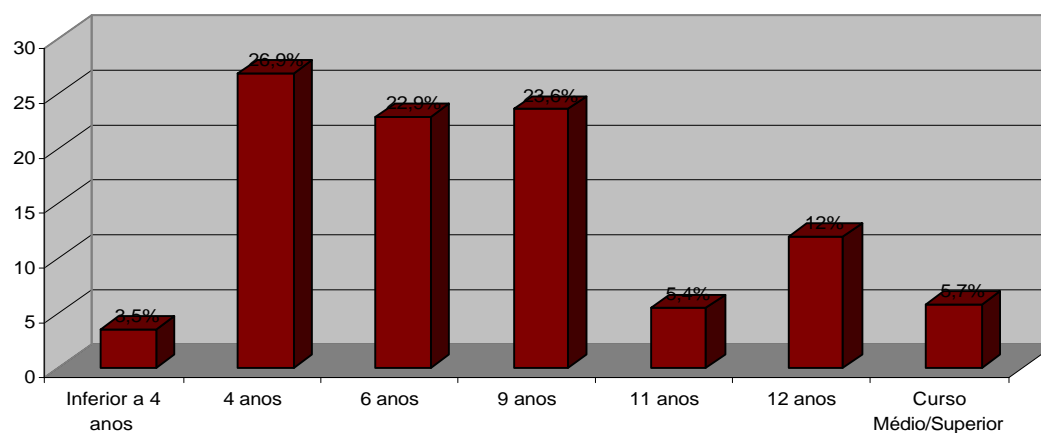
2.2 - INSERÇÃO/REINSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

A empregabilidade está directamente relacionada com a adequação das qualificações e competências do indivíduo ao mercado de trabalho. Desta forma, o nível habilitacional assume-se como um factor preponderante, uma vez que à baixa escolaridade se associam dificuldades ao nível da reconversão e da qualificação profissional.

As competências do indivíduo escolarizado reportam ainda para outro conceito cada vez mais comum na nossa sociedade, o analfabetismo funcional. Os analfabetos funcionais embora saibam ler e escrever têm dificuldade em compreender o significado da palavra, podendo traduzir-se, por exemplo, na incapacidade para preencher um impresso. Trata-se de um problema silencioso, grave e difícil de se expressar em números mas que, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em 2001, atingia grande parte da população portuguesa (48%).

Através da análise dos dados estatísticos que constam na figura12 verifica-se que 76,9% dos desempregados inscritos possuem habilitações literárias iguais ou inferiores a 9 anos de escolaridade.

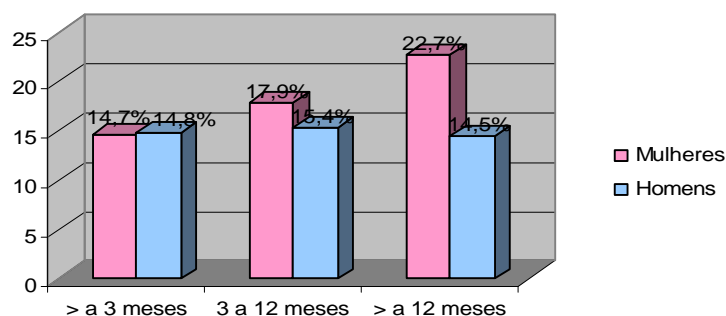
Figura 12 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo as habilitações literárias.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

Tal como se pode verificar na figura que se segue existe uma predominância do desemprego de longa duração (37,2%), associado especialmente ao sexo feminino.

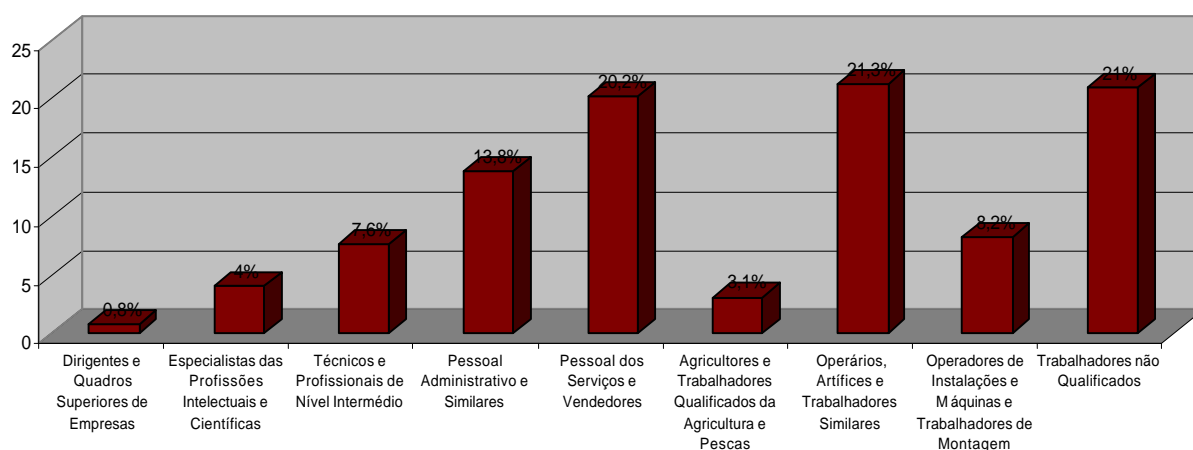
Figura 13 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o tempo de inscrição e sexo.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

Pela análise da figura seguinte, relativa à distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o grupo profissional, verifica-se que a maioria dos desempregados inscritos pertencem aos seguintes grupos profissionais: “operários, artífices e trabalhadores similares” (21,3%); “Trabalhadores não qualificados” (21%) e “pessoal dos serviços e vendedores” (20,2%).

Figura 14 – Distribuição dos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines pertencentes ao concelho segundo o grupo profissional.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo

Dada a importância da certificação dos conhecimentos tanto escolares, como profissionais e/ou outros que os indivíduos adquirem ao longo de diversas situações da sua vida pessoal, social e profissional, muitas pessoas recorrem aos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. O Centro mais próximo encontrava-se no concelho limítrofe de Santiago do

Cacém, na Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, tendo encerramento em Dezembro de 2005.

Os dados que se seguem reportam ao registo efectuado pelo Centro dos adultos utilizadores de acordo com a fase em que se encontram:

- **Inscritos**
- **Em processo:** quando as sessões de reconhecimento de competências já iniciaram;
- **Em formação complementar:** quando já concluíram as sessões de reconhecimento de competências, nas quais lhe foram diagnosticadas necessidades de formação para a obtenção da certificação de um determinado nível (B1 – 1º ciclo; B2 – 2º ciclo; B3 – 3º ciclo);
- **Validados:** quando já se apresentaram ao Júri de Validação, tendo conseguido obter a validação de algumas das áreas de competências-chave (isto é, Linguagem e Comunicação, Cidadania e Empregabilidade; Matemática para a Vida e Tecnologias de Informação e Comunicação);
- **Certificados:** quando as 4 áreas de competências enunciadas anteriormente foram validadas numa sessão de Júri, tendo obtido certificação de nível B1, B2 ou B3.

A partir da tabela que se segue pode verificar-se que são sobretudo os indivíduos empregados que mais procuraram a certificação de conhecimentos.

Tabela 13 – Situação face ao emprego dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC.

Situação face ao emprego	Inscritos	Em Processo R.C.	Em Formação	Certificados	Encaminhados	Desistentes
Empregados	10	66	0	8	1	3
Desempregados	6	22	0	1	1	0
Outro	0	8	1	0	0	0
Total	16	96	1	9	2	3

Fonte: Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – A.D.L.

Relativamente ao nível alcançado, constata-se que o maior número de certificações foi atribuído ao nível B3 (3º ciclo). Tal situação é idêntica para os processos a decorrer no Centro (cf. tabela 12).

Tabela 14 – Nível de ensino dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC.

Nível	Inscritos	Em Processo R.C.	Em Formação	Certificados	Encaminhados	Desistentes
B1	0	4	0	0	0	0
B2	7	18	1	2	0	1
B3	9	74	0	7	2	2
Total	16	96	1	9	2	3

Fonte: Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – A.D.L.

Tal como se pode verificar na figura que se segue existe uma predominância de indivíduos inscritos e em processo pertencentes aos sectores profissionais “serviços” e “indústria”.

Tabela 15 – Sector profissional dos utentes inscritos, em processo, em formação, certificados, encaminhados e desistentes no CRVCC.

Sector Profissional	Inscritos	Em Processo R.C.	Em Formação	Certificados	Encaminhados	Desistentes
Serviços	2	17	0	3	1	2
Restauração	0	4	0	1	0	0
Hotelaria	0	3	0	0	0	0
Comércio	3	6	0	0	0	0
Indústria	2	14	0	1	0	0
Construção Civil	1	1	0	0	0	0
Forças de Segurança	1	4	0	0	0	0
Transportes	0	7	0	0	0	0
Educação	0	5	0	3	0	1
Função Pública	1	4	0	0	0	0
Total	10	65	0	8	1	3

De salientar que a validação de algumas áreas de competências sem a certificação, não impede a sua obtenção numa fase posterior em que o adulto possa regressar ao Centro para demonstrar as competências em falta, entretanto desenvolvidas, submetendo-se assim a uma nova sessão de validação.

S.W.O.T. Empregabilidade

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Formação Profissional (Santiago do Cacém e Aljustrel) • Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacém • Coordenação concelhia do Ensino Recorrente • UNIVA • Incentivos à criação do próprio emprego • Câmara Municipal de Sines – Gabinete de Apoio ao Empresário • Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano 	<p>Inserção/Reinserção Sócio-Profissional</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de pequenas empresas • Promoção das actividades económicas do concelho • Divulgação das oportunidades económicas • POEFDS • Acções de Formação • Formação Empresarial • Candidatura a Empresa de Inserção – “A Gralha” (aguarda deferimento) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa Escolaridade • Idade (superior a 30/35 anos) • Imigração ilegal • Projectos profissionais desajustados da formação (porque esta é entendida como forma de subsistência) • Aproveitamento dos empresários da situação de desemprego • Rede de transportes para as zonas rurais • Falta de respostas sociais ao nível da infância, dificultando a inserção/reinserção sócio-profissional dos seus pais • Falta de motivação/iniciativa dos desempregados

No que respeita ao problema da **inserção/reinserção sócio-profissional** foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Conjuntura actual a nível económico, social e político;
- ⇒ Falta de formação e qualificação profissional;
- ⇒ Idade dos indivíduos candidatos a emprego.

Já no que concerne às consequências, identificaram-se as seguintes:

- ⇒ Aumento do desemprego;
- ⇒ Insuficiência de recursos económicos e consequentes situações de pobreza/exclusão social;
- ⇒ Comportamentos de risco/desviantes;
- ⇒ Problemas diversos de saúde (ex.: depressão, etc.).

Figura 15 – Modelo de Eisenhower – Empregabilidade



Tabela 16 – Análise de Prioridades – Empregabilidade

Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Falta de ofertas de emprego	10	10	10	30
Inserção/Reinserção sócio-profissional	8	10	9	27

Tabela 17 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Empregabilidade

Prioridades de Intervenção	Impacto Pretendido	Indicadores de Avaliação
Falta de ofertas de emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de Empresas de Inserção; • Promover projectos de apoio à contratação; • Promover, apoiar e fomentar novos investimentos locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de indivíduos integrados; • Quantificação dos postos de trabalho.
Inserção/Reinserção Sócio-Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Promover cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), de qualificação profissional e de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) no concelho; • Adequação dos cursos de formação às necessidades locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de indivíduos a frequentar os cursos; • Taxa de escolaridade da população concelhia; • Número de indivíduos inscritos/integrados no mercado de trabalho.

III – ESTRUTURA FAMILIAR



família é a unidade mais universal e fundamental de produção e reprodução cultural, social e económica. É responsável pela integração dos seus membros, funcionando como uma rede de protecção e entreaajuda.

A qualidade dos laços sociais dos indivíduos face à sociedade está intimamente relacionada com o seu comportamento futuro. Uma boa identificação com a família, a escola, os amigos e a interiorização dos objectivos actuam como inibidores dos comportamentos de risco. Contrariamente, uma criança mal integrada a nível familiar e que se encontre inserida num meio económico, com privação de recursos tem mais facilmente a experiência da frustração enveredando por uma trajectória delinquente.

O grupo de trabalho para as questões relacionadas com a estrutura familiar considerou, debateu e analisou nesta área os seguintes problemas concelhios: crianças negligenciadas, crianças e jovens com comportamentos de risco e/ou desviantes; dependências (alcoolismo e toxicodependência) e vítimas de violência doméstica.

3.1 - CRIANÇAS NEGLIGENCIADAS

O princípio 9 da Declaração dos Direitos da Criança preconiza que “a criança deve ser protegida contra todas as formas de negligência, crueldade e exploração”.

Na realidade a negligência é um dos tipos mais comuns de mau trato. Esta caracteriza-se pela impossibilidade dos pais ou responsáveis pela criança/jovem proporcionarem à criança condições para um desenvolvimento físico, psicológico e emocional normal e adequado. Deste modo, ocorre negligência quando as necessidades básicas da criança não são satisfeitas, como por exemplo, uma adequada alimentação, cuidados de saúde, de higiene, de vestuário, de educação e protecção.

A negligência afecta seriamente as crianças que dela são alvo. Estas crianças, geralmente, acabam por revelar atrasos no desenvolvimento físico e cognitivo, tendo também dificuldades no estabelecimento de laços afectivos.

No concelho de Sines existem instituições e medidas associadas à protecção dos direitos das crianças e prevenção de situações de risco, nomeadamente:

- ⇒ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sines (C.P.C.J.S.);
- ⇒ Equipa Local no âmbito da Intervenção Precoce;
- ⇒ Lar de Rapazes “A Âncora”.

A primeira é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem, e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A intervenção da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens** tem como princípios orientadores, entre outros (art. 5º da Lei de Protecção):

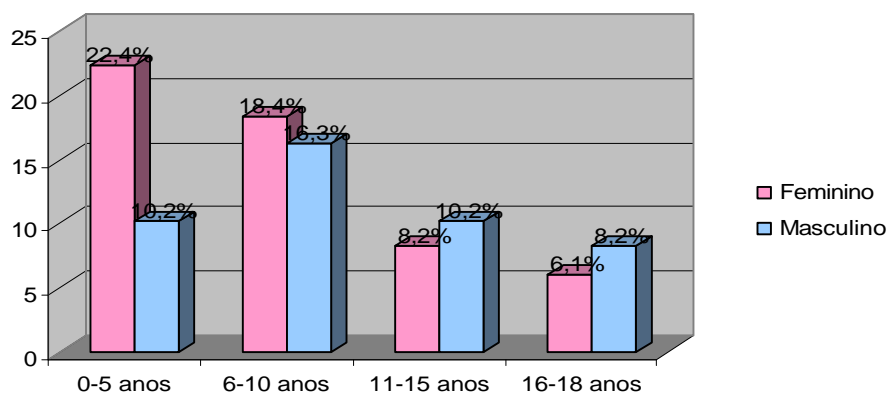
- ↳ Interesse superior da criança e do jovem – “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”;
- ↳ Subsidiariedade – “a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais”.

Ano e meio após a instalação, a C.P.C.J.S. tem 67 processos instaurados, dos quais 48 se encontram a decorrer.

Tal como se pode constatar na figura seguinte, a maioria dos processos a decorrer corresponde ao escalão etário dos 0 aos 5 anos, sendo igualmente significativo o número de casos existentes no escalão etário dos 6 aos 10 anos. Nos escalões dos 11 aos 15 anos e dos 16 aos 18 anos verifica-se um decréscimo do número de casos, passando o sexo masculino a apresentar uma maior prevalência.

De uma maneira geral, a diferença entre sexos não é muito significativa, embora exista um maior número de casos de menores do sexo feminino (55,1%).

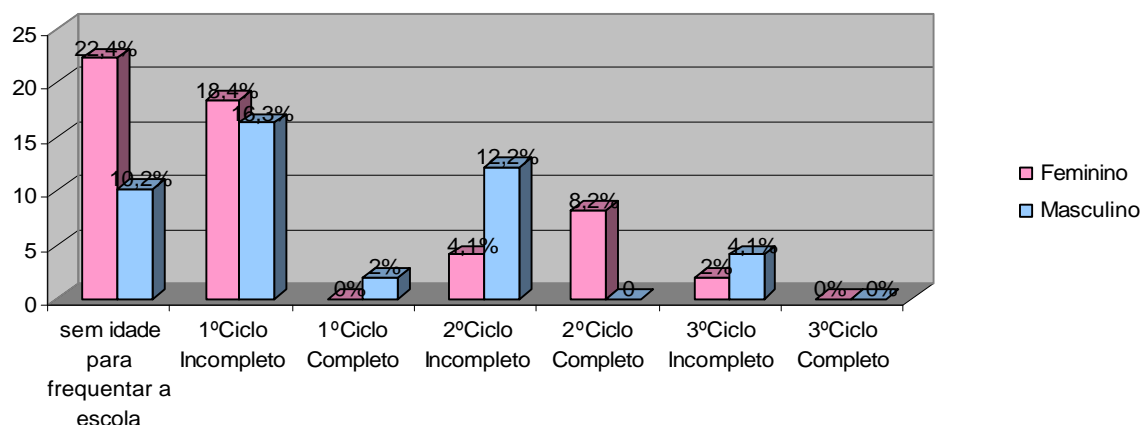
Figura 16 – Distribuição das crianças envolvidas nos processos a decorrer na CPCJS por sexo e escalão etário.



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sines

Uma vez que a maioria dos acompanhamentos reportam a crianças entre os 0 e os 10 anos, constata-se consequentemente que a escolaridade máxima das mesmas situa-se ao nível do “1º ciclo incompleto”, correspondendo a 67,3% dos casos (cf. figura 17).

Figura 17 – Distribuição das crianças e jovens acompanhados pela CPCJS segundo a escolaridade.



Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sines

As situações de negligência são um dos motivos de intervenção da CPCJS, correspondendo a 20,3% dos processos a decorrer. Este problema é apenas precedido pela categoria “outras situações de perigo”, com 39,2%.

Tabela 18 – Menores acompanhados pela CPCJS segundo o motivo que originou a intervenção

Outras situações de perigo ¹⁰	39,2%
Outras condutas desviantes	8,1%
Uso de estupefacientes	2,7%
Prática qualificada como crime	1,3%
Exposição a modelos de comportamentos desviantes	4,1%
Exercício abusivo de autoridade	2,7%
Maus tratos psicológicos/Abuso emocional	5,4%
Maus tratos físicos	5,4%
Abandono escolar	2,7%
Negligência	20,3%
Abandono	6,8%
Abuso Sexual	1,3%

Fonte: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sines

No que respeita à **Intervenção Precoce** e segundo o Despacho Conjunto n.º 891/99 de 10 de Outubro esta é “uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante

¹⁰ Nomeadamente, o estado de saúde dos progenitores; precárias condições socioeconómicas; outras situações específicas

acções de natureza preventiva e habilitativa”, prestada através de uma rede de recursos constituída pela Educação, Saúde, Segurança social, Autarquia, Famílias, entre outros.

Os destinatários são todas as crianças, que apresentem deficiência ou atraso grave de desenvolvimento até aos 6 anos, sendo prioritária a intervenção dos 0 aos 3 anos.

Caracterizam-se as tipologias de risco como:

Risco Ambiental – Risco associado a experiências precoces desfavoráveis ao adequado desenvolvimento da criança, nomeadamente, de cuidados maternos e familiares, de saúde, higiene e nutrição, de oportunidades de estimulação, e que potenciem a probabilidade de risco de atraso no desenvolvimento;

Risco Biológico – Risco que advém de acontecimentos pré, peri ou pós natais e que aumentam a probabilidade de desenvolvimento atípico posterior (ex.: anoxia, prematuridade, cardiopatia, etc.);

Risco Estabelecido – Desenvolvimento atípico, devido a problemas físicos ou mentais graves de etiologia conhecida, num quadro associado a Atraso Grave de Desenvolvimento (ex.: anomalias cromossómicas, síndrome de down, paralisia cerebral, etc.).

O trabalho ao nível da Intervenção Precoce surge em Sines no ano lectivo de 2002/2003, com a colocação de uma Educadora nos Serviços Especializados de Apoio Educativo (SEAE), altura em que tentou efectuar-se um primeiro levantamento das situações existentes. Contudo, dado o elevado número de situações diagnosticadas, foi privilegiado o apoio aos casos de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) de carácter prolongado.

Só no ano lectivo 2004/2005 foi realizado um levantamento exaustivo pela Educadora dos SEAE, colocada em lugar tornado misto (Intervenção Precoce e Apoios Educativos), com a colaboração das estruturas locais: Centro de Saúde, Segurança Social, Autarquia, Agrupamento de Escolas e Infantários do concelho. Foi também nesta altura que se constituiu a Equipa de Intervenção Local, a qual desenvolveu um trabalho articulado ao longo deste período. Desde Março do corrente ano que a Cercisiago apresentou uma candidatura a um Projecto de Intervenção Precoce para Sines, como entidade promotora. Actualmente existe uma Equipa de Intervenção directa constituída por uma Educadora, uma Assistente Social, uma Enfermeira e uma Psicóloga Educacional. Desde o início da sua intervenção, a Equipa Local diagnosticou e apoiou 36 crianças em situação de risco, na sua maioria de carácter ambiental, isto é, reportando à insatisfação de necessidades básicas das crianças. Tal como se pode verificar na tabela que se segue há uma predominância de casos do sexo feminino, correspondendo a 80,5% do total de processos.

Tabela 19 – Menores acompanhados pela Equipa Local no âmbito da Intervenção Precoce segundo o motivo que originou a intervenção

Ano de Nascimento	Género	Tipo de Risco (segundo o Despacho Conjunto 891/2005 de 10 Outubro)			Situação Educativa			Total
		Ambiental	Biológico	Estabelecido	Integrada em Instituição/ Jardim de Infância	Ama	Domicílio	
2000	F	–	–	–	–	–	–	0
	M	2	1	1	4	–	–	4
2001	F	4	1	–	4	–	1	5
	M	1	4	1	5	-	1	6
2002	F	1	2	-	3	-	-	3
	M	3	-	-	3	-	-	3
2003	F	2	-	-	-	-	2	2
	M	2	3	1	3	1	2	6
2004	F	1	-	1	-	1	1	2
	M	5	2	2	2	4	3	9
2005	F	-	-	-	-	-	-	-
	M	-	1	-	1	-	-	1

Fonte: Equipa de Intervenção Local – Intervenção Precoce

Uma outra resposta ao nível da intervenção local é o Lar “A Âncora”. Trata-se de uma resposta social que tem como finalidade o acolhimento de crianças e/ou jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possíveis às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para definição do projecto de vida de cada criança e/ou jovem.

O Lar de Rapazes “A Âncora”, único equipamento deste tipo existente no concelho, é uma valência da Santa Casa da Misericórdia de Sines, foi criado no âmbito do Projecto Sinergia 2000 – Projecto de Luta Contra a Pobreza. Trata-se de um equipamento para acolher crianças e jovens do sexo masculino, com capacidade máxima de 18 utentes totalmente preenchida. Das 18 vagas, 2 são para unidades de emergência. À data da recolha dos dados (Outubro de 2005), verificava-se um maior número de crianças entre os 6 e os 10 anos, conforme tabela 18).

Tabela 20 – Distribuição das crianças institucionalizadas segundo a idade

Faixa Etária	Número de Crianças
6 aos 10 anos	8
11 aos 13 anos	5
14 aos 16 anos	5

Fonte: Lar “A Âncora” – Santa Casa da Misericórdia

As problemáticas emergentes que levaram à institucionalização dos menores foram a negligência, exposição a modelos de comportamentos desviantes, ausência temporária de suporte familiar, alcoolismo dos progenitores, abandono institucional dos menores por parte dos pais, abandono da mãe e delinquência juvenil.

S.W.O.T. Estrutura Familiar

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Santa Casa da Misericórdia de Sines: <ul style="list-style-type: none"> - Lar “Âncora” - “Porto de Abrigo” - “Mãe Sol” • Centro de Saúde de Sines • Segurança Social • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sines • Estabelecimentos de Ensino • Creches/amas/infantários • Autarquias • Hospital do Litoral Alentejano • Forças de segurança • Tribunais 	<p>Crianças Negligenciadas</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção Precoce (aguarda deferimento da candidatura) • Centro de Acolhimento Temporário • Bolsa de famílias para acolhimento de emergência de carácter gratuito e temporário • Formação Parental • Terapia Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento do Infantário no mês de Agosto • Sobrecarga de trabalho dos pais • Pobreza/Exclusão Social • Comportamentos de risco dos pais e familiares • Disfunção psico-social e bio-social dos pais e familiares • Desinteresse dos pais

Face ao problema das **crianças negligenciadas** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Famílias disfuncionais;
- ⇒ Carência socio-económica;
- ⇒ Desemprego;
- ⇒ Dependências (alcooolismo e toxicodependência);
- ⇒ Factores sociais e modelos culturais.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Insucesso, abandono e absentismo escolar;
- ⇒ Comportamentos desviantes;
- ⇒ Maus-tratos;
- ⇒ Degradação das relações familiares.

3.2 - JOVENS COM COMPORTAMENTOS DE RISCO E/OU DESVIANTES

A qualidade dos laços sociais dos indivíduos face à sociedade está intimamente relacionada com o seu comportamento futuro. Uma boa identificação com a família, a escola, os amigos e a interiorização dos objectivos actuam como inibidores dos comportamentos de risco. Contrariamente, uma criança/jovem mal integrado a nível familiar e que se encontre inserida num meio económico, com privação de recursos tem mais facilmente a experiência da frustração enveredando por uma trajectória delinquente.

O comportamento desviante e a delinquência são conceitos que surgem associados às camadas mais jovens da população. Contudo, tais conceitos deverão ser analisados segundo a perspectiva histórica e social face ao ambiente normativo em que ocorrem, pois o que é norma para um conjunto de indivíduos poderá não sê-lo para outro.

Por comportamento desviante entende-se todo o acto que viola a norma ou quebra uma regra dentro de um determinado sistema social.

Já a delinquência, segundo Gonçalves (2000), não se trata de um desvio do comportamento ao padrão normal (pois o indivíduo pretende experimentar, testar os seus limites e ser original), mas de fenómenos de marginalização com carácter sistematizado e organizado, com maior probabilidade de se tornarem objecto de reparo e crítica por parte do corpo social. Trata-se de condutas que excedem a tolerância da comunidade.

Ao nível do comportamento desviante e da delinquência os processos podem ser acompanhados ao nível da C.P.C.J.S. ou através dos Tribunais. Os processos analisados pelos tribunais podem ser enviados para a Equipa de Menores em Risco da Segurança Social ou para o Instituto de Reinserção Social.

No caso dos processos acompanhados pela C.P.C.J.S., 8,1% dos motivos que originou a intervenção foram “outras condutas de risco”, isto é, comportamentos da criança/jovem com padrões anti-sociais ou desviantes. São exemplos a prática de prostituição, comportamentos de grande agressividade e perigosidade, que perturbam o seu desenvolvimento harmonioso e/ou a impedem de participar nas actividades próprias para a sua idade e nível de desenvolvimento. O comportamento desviante/delinquente é também um dos motivos, que associado a outras problemáticas levaram à institucionalização de 5 crianças/jovens no Lar “Âncora”.

No que respeita ao Instituto de Reinserção Social (I.R.S.), este é um serviço público de execução de sanções criminais e medidas tutelares educativas, dotado de autonomia administrativa, sujeito à superintendência e tutela do Ministro da Justiça. Esta entidade encontra-se em Vila Nova de Santo André (freguesia do concelho de Santiago do Cacém) e tem como competência territorial a área correspondente aos cinco concelhos do Litoral Alentejano, possuindo como atribuições:

- ☞ Assegurar, nos termos da lei, o apoio técnico aos tribunais na tomada de decisões no âmbito dos processos penal e tutelar e dos processos tutelares cíveis;

- ↳ Assegurar, nos termos da lei, a execução de medidas tutelares (aplicadas a menores agentes – menores que praticam actos conotados com a lei penal como crimes);
- ↳ Assegurar, nos termos da lei, a execução de penas e medidas alternativas à prisão;
- ↳ Participar em programas e acções de prevenção do crime, em especial nos domínios da delinquência juvenil;
- ↳ Assegurar a gestão dos centros educativos de menores e de outros equipamentos e programas para apoio à reintegração social de jovens e adultos;
- ↳ Contribuir para um maior envolvimento da comunidade na administração da justiça penal e tutelar, designadamente através da cooperação com outras instituições públicas e particulares e com cidadãos e grupos de voluntários que prossigam objectivos de prevenção criminal e de reinserção social de jovens e adultos.

De acordo com os dados fornecidos por esta entidade existem dois menores, que pelo facto de terem praticado um acto qualificado pela lei penal como crime, o tribunal aplicou-lhes a medida tutelar educativa de imposição de obrigações. Estes menores estão também em acompanhamento no Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano.

Também a Equipa de Menores em Risco do Instituto da Segurança Social avalia, encaminha e acompanha processos de promoção e protecção junto do tribunal. Actualmente encontram-se a decorrer 15 processos pertencentes a crianças e jovens do concelho de Sines, com idades que se situam entre 1 ano e meio e os 17 anos.

S.W.O.T. Estrutura Familiar

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Sines • Guarda Nacional Republicana • Ministério Público • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens • Centro Cultural Emmérico Nunes • Biblioteca Municipal • Centro de Artes • Casa da Juventude da Câmara Municipal de Sines • Instituto de Emprego e Formação Profissional • “Férias Aventura” (CMS) 	<p>Jovens com comportamentos de risco e/ou desviantes</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Português da Juventude • Associações de Estudantes • Cobertura por todas as escolas por serviços de Psicologia na área Clínica/Educacional • Candidatura ao Programa de Intervenção Precoce (aguarda deferimento) • Criação de Colónias de Férias através de instituições • Programa Escolhas • Programa Ser Criança • PROGRIDE – Medida 2 (aguarda deferimento) • Associações Juvenis • Candidatura da “Gralha” em parceria com a “Espiga” – Associação para o Desenvolvimento de Porto Côvo ao projecto EDP Solidária 2005 (aguarda deferimento) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de dedicação familiar às crianças e jovens • Delegação excessiva de competências familiares nas instituições • Disfunção familiar • Inexistência de consulta de psicologia no Centro de Saúde • Insuficiente formação do pessoal que trabalha em instituições

3.3 - DEPENDÊNCIAS (ALCOOLISMO E TOXICODEPENDÊNCIA)

As dependências são um fenómeno cada vez mais preocupante no nosso país. A investigação realizada neste domínio tem demonstrado que, para além de haver um maior número de indivíduos consumidores, o início das suas trajetórias é cada vez mais precoce.

Segundo Moreira (2001, p. 49) “o risco da toxicodependência não é um resultado que se encontra numa determinada fase da vida e é bem mais do que um encontro de um indivíduo com uma substância”. O autor realça assim a importância dos factores de risco e de protecção associados ao indivíduo, onde as relações interpessoais precoces alicerçam a organização das cognições, emoções e comportamentos em relação a si e aos outros.

Não menos grave que o consumo de drogas e outras substâncias psicoactivas, o alcoolismo é muitas vezes um problema escondido. Trata-se da droga mais conhecida e aceite socialmente, com graves consequências sociais e de saúde, nomeadamente a desintegração familiar, maus-tratos, absentismo laboral, comportamentos delituosos, entre outros.

De acordo com o Inquérito Nacional em Meio Escolar em 2001, sobre o “consumo de drogas e outras substâncias psicoactivas” verifica-se que no Distrito de Setúbal, cerca de 14% dos alunos já experimentou alguma substância ilícita pelo menos uma vez na vida, sendo que 8% consumiu no último ano e 6% no último mês. Já o Relatório Estatístico Anual sobre o Tráfico de Estupefacientes, relativamente à prevenção e investigação criminal da economia paralela de produtos ilegais em 2003 referia que as drogas mais consumidas são o haxixe e o ecstasy, tendo a heroína decrescido face a 2002. Aliás Setúbal é o quarto maior distrito com mais apreensões de haxixe, o 3º ao nível da cocaína e o 8º no que se refere ao ecstasy.

Ao nível do concelho de Sines, o Instituto da Drogas e da Toxicodependência salienta no “Relatório Anual de 2002 – A situação do País em matéria de drogas e toxicodependência” que foram detidos 13 presumíveis infractores, sendo que 8 destes eram traficantes-consumidores. Da mesma forma e no âmbito da intervenção da Guarda Nacional Republicana, os crimes relacionados com o consumo e tráfico de produtos estupefacientes são tipos de crime que carecem de uma investigação mais aprofundada, pelo que estes são encaminhados diariamente para o Núcleo de Investigação Criminal junto do Comando do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Vila Nova de Santo André. Apenas as situações de flagrante delito são tratadas diariamente pelo comando do posto territorial de Sines.

No primeiro semestre de 2004 registaram-se no Posto Territorial de Sines da Guarda Republicana 60 ocorrências de “crimes previstos em legislação avulsa/outros”. De salientar que estas ocorrências registadas englobam não só crimes respeitantes a estupefacientes como também outro tipo de criminalidade não prevista nas categorias “crimes contra pessoas”, “crimes contra o património”, “crimes contra a vida em sociedade” e “crimes contra o Estado” (cf. tabela 19).

Tabela 21 – Distribuição dos indivíduos por escalão etário no que respeita aos crimes previstos em legislação avulsa/ outros.

Escalões Etários	Crimes previstos em legislação avulsa/ outros ¹¹	
	M	F
Menores 16 anos	2	0
17 – 30 anos	3	0
Maiores de 31 anos	34	21
Total	39	21

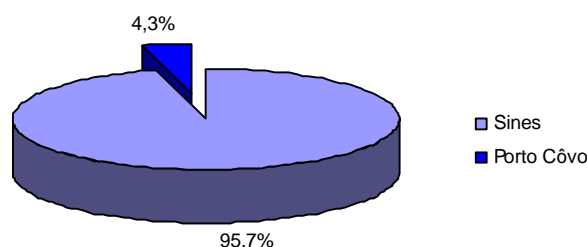
Fonte: Posto Territorial de Sines da Guarda Nacional Republicana

No que se refere às situações de risco despistadas pelo programa “Escola Segura” e que reportam aos menores que frequentam as escolas do nosso concelho, estas encontram-se igualmente em fase de investigação por parte do Núcleo de Investigação Criminal, não sendo possível uma quantificação dos casos.

Relativamente ao Centro de Saúde de Sines e suas extensões, esta instituição embora tenha ministrado metadona, neste momento não possui qualquer responsabilidade a esse nível, não se encontrando a implementar nenhum projecto no âmbito da prevenção das toxicodependências.

Ainda no âmbito da saúde, o Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Litoral Alentejano (implementado em Setembro de 1999), que embora se situe no concelho limítrofe de Santiago do Cacém, é a estrutura de tratamento mais próxima, tendo acolhido até à data de recolha dos dados¹² um total de 164 utentes do Concelho de Sines. Na figura 18, pode verificar-se que a maioria dos casos pertencem à freguesia de Sines (96,3%).

Figura 18 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por freguesia



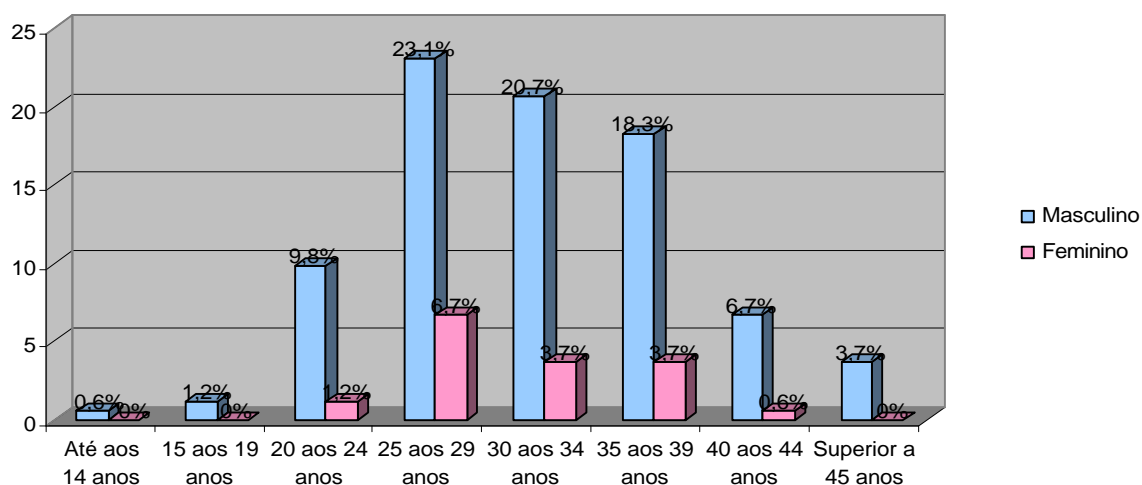
Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano

Através dos dados facultados por esta instituição, a faixa etária dos 25 aos 29 anos é aquela onde se verifica a maior incidência de casos. Não existem registos de indivíduos com idades inferiores a 19 anos (cf. figura 19).

¹¹ **Crimes previstos em legislação avulsa/ outros** – são considerados os crimes respeitantes a estupefacientes e outros.

¹² Novembro de 2005

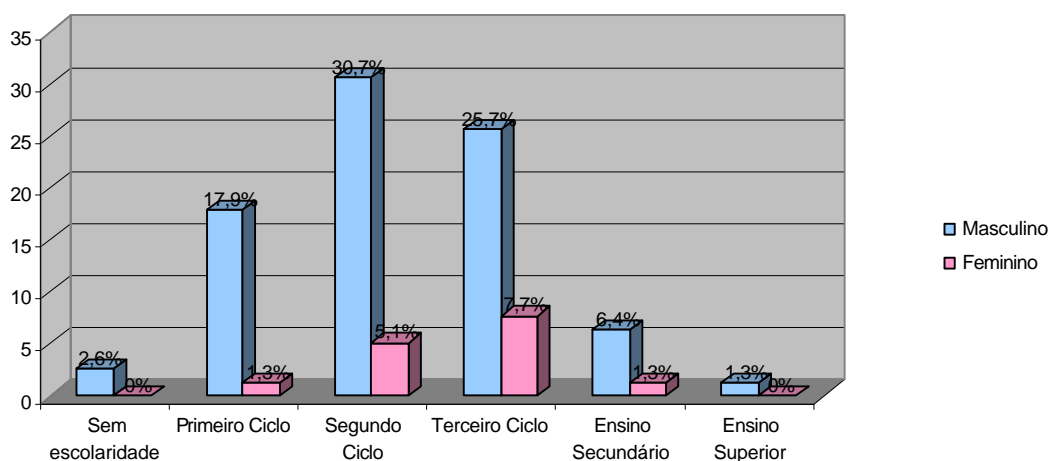
Figura 19 – Distribuição da população utente do C.A.T. do Litoral Alentejano, no que se refere à faixa etária



Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano

Os dados apresentados na figura que se segue reportam apenas a 78 utentes. Assim a maioria da população utente, tanto do sexo masculino como feminino, possui o segundo ciclo (35,8%).

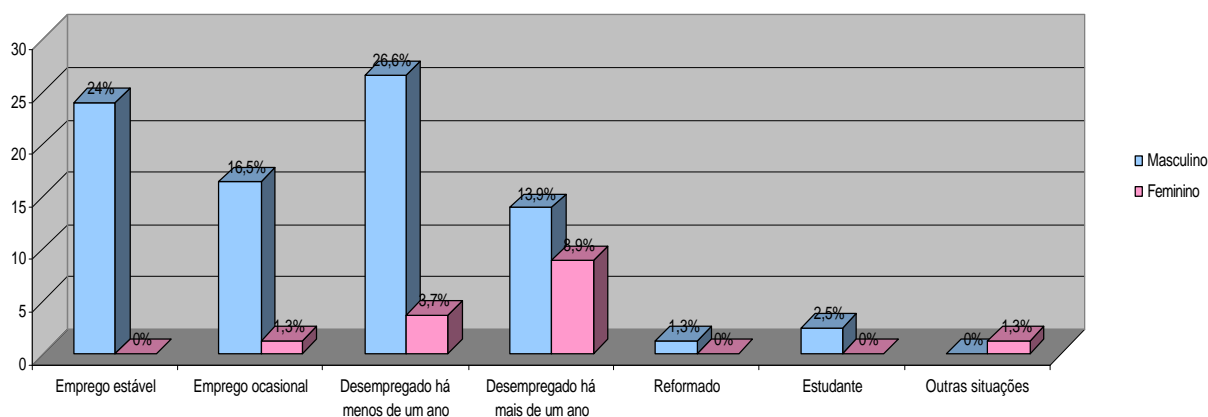
Figura 20 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por sexo e habilitações literárias



Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano

No que respeita à situação profissional, existem apenas dados relativos a 79 utentes. Desta forma verifica-se uma predominância da categoria geral de desempregados, com uma maior prevalência daqueles que estão em situação de desemprego há menos de um ano.

Figura 21 – Distribuição do número de utentes do C.A.T. do Litoral Alentejano por sexo e situação profissional



Fonte: Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano

Relativamente ao tratamento, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano possui diversos programas, donde se destacam:

- Programa de substituição opiácea com metadona
- Programa livre de drogas, com recurso a antagonistas
- Apoio psicológico
- Encaminhamento para desabituação física (Unidades de Desabituação e Comunidades Terapêuticas)
- Projecto Vida Emprego (ao nível da reinserção social)

No que concerne à aplicação de programas/projectos de prevenção primária das toxicodependências, esta instituição não se encontra a implementar quaisquer projectos nesta área.

Para além do C.A.T. existe outra estrutura da sociedade civil que prossegue fins relacionados com a saúde, como é o caso do Café Convívio de Sines – valência do “Desafio Jovem” (Assistência a Toxicodependentes e Famílias), que é uma Instituição de Solidariedade Social, cujo objectivo primordial é a prevenção primária, secundária e terciária das toxicodependências. É nos Cafés Convívio que ocorre o primeiro contacto com os toxicodependentes, sendo o local onde se desenvolve o serviço de acompanhamento com a marcação de diversas entrevistas de avaliação (exames clínicos e avaliações psicológicas).

O Café Convívio de Sines abriu actividade a 16 de Setembro de 2000, sendo a sua equipa técnica constituída por 9 elementos.

Tal como se pode verificar na tabela 20, e segundo dados referentes a 2004, frequentaram com periodicidade a referida instituição 28 indivíduos, sendo que 67,9% destes desistiram. A instituição

justifica que a maioria das desistências se deve à integração voluntária dos indivíduos no programa de metadona. No entanto, a direcção do Café Convívio de Sines refere que 14,3% dos indivíduos completou o programa, encontrando-se actualmente reintegrados.

Tabela 22 – Número de indivíduos que frequentam o Café Convívio de Sines

Número de indivíduos que frequentaram a instituição	Número de desistências		Número de indivíduos recuperados		Número de indivíduos que continuam no programa		Número de recaídas após o programa		Número de indivíduos que não iniciou o tratamento	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
28	19	67,9	4	14,3	2	7,1	1	3,6	2	7,1

Fonte: Café Convívio de Sines

S.W.O.T. Estrutura Familiar

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança Social • Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano • Programa Vida-Emprego • Biblioteca Municipal • Casa da Juventude da Câmara Municipal de Sines • Centro de Artes • Instituto de Reinserção Social • Santa Casa da Misericórdia de Sines 	<p>Fraquezas</p> <p>Dependências (alcoolismo e toxicodependência)</p>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo dos Alcoólicos Anónimos • Grupo dos Narcóticos Anónimos • Instituto Português da Juventude • Aproximação (através de protocolo) aos Centros de Alcoologia • Criação de actividades apelativas para a ocupação dos tempos livres dos jovens 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de consulta de psicologia no Centro de Saúde • Oferta insuficiente dos serviços de saúde • Localização geográfica do concelho de Sines • Multiculturalidade • Desocupação dos jovens • Álcool como droga socialmente aceite • Disfunção familiar • Desemprego

Para os problemas das **dependências (alcoolismo e toxicodependência)** e dos **jovens com comportamentos de risco e/ou desviantes** foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Acessibilidade às drogas;
- ⇒ Falta de informação e falsos mitos;
- ⇒ Grupos de pares;
- ⇒ Factores culturais e económicos;
- ⇒ Facilidade da oferta;
- ⇒ Publicidade;
- ⇒ Degradação das relações familiares;
- ⇒ Exclusão Social.

No que concerne às consequências destes problemas, listam-se as seguintes:

- ⇒ Aumentos dos consumos em jovens com idades inferiores;
- ⇒ Degradação das relações familiares;
- ⇒ Insucesso, abandono e absentismo escolar;
- ⇒ Delinquência/ aumento da criminalidade;
- ⇒ Aparecimento precoce de doenças ligadas aos consumos;
- ⇒ Aumento dos encargos sociais dos serviços do Estado;
- ⇒ Exclusão Social.

3.4 - VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Entende-se por vítima toda a pessoa que, em consequência de acto ou omissão violadora das leis penais em vigor, tenha sofrido um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral ou uma perda material.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº88/2003 a violência doméstica é definida como “toda a violência sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa e ou indirectamente, crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes”.

Mais estritamente, a violência conjugal é, tal como o nome indica, a violência praticada na conjugalidade (entre pessoas que vivem em situação conjugal, casadas ou não). Esta é normalmente percebida como um sistema circular, isto é, começa, processa-se e termina, iniciando-se novamente (A.P.A.V., sem data). É comum o facto das vítimas de maus tratos terem dificuldade em romper este ciclo de violência. As dificuldades económicas e/ou sociais com as quais as vítimas terão de se debater, nomeadamente a falta de emprego, suporte familiar, habitação, entre outras são algumas das razões que lhes estão associadas.

O Porto d'Abrigo é uma valência da Santa Casa da Misericórdia, que tem como finalidade o acolhimento temporário de vítimas de violência e seus filhos, oferecendo-lhes apoio social e psicológico, de forma a promover a reconstrução do projecto de vida, possibilitando a sua integração profissional, social e afectiva. O referido centro recebe apenas vítimas provenientes de outros concelhos. Segundo a Santa Casa da Misericórdia encontram-se 5 mulheres institucionalizadas, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos. Os motivos da institucionalização são a ausência de suporte familiar, negligência, comportamentos desviantes, maus tratos e falta de condições habitacionais e económicas. Os concelhos de residência destas mulheres são Almada, Minas Gerais (Brasil), Setúbal e Moimenta da Beira.

Os serviços de acção social que intervêm no terreno diagnosticaram alguns casos de violência conjugal, em que as vítimas manifestaram interesse em romper com o ciclo de violência. Contudo estas não podem abandonar o concelho, dado terem contratos de trabalho, que lhes possibilita o sustento para si e para os seus filhos.

S.W.O.T. Estrutura Familiar

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Santa Casa da Misericórdia através dos seguintes • Centros de Acolhimento Temporário: <ul style="list-style-type: none"> - “Âncora”, - “Mãe Sol” - “Porto d’Abrigo” • Diversas linhas nacionais de apoio • Comissão de Protecção de Crianças e Jovens • Centro de Saúde • Guarda Nacional Republicana 	<p>Fraquezas</p> <p>Vítimas de Violência Doméstica</p>
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade intermédia de apoio à integração social (apartamento) • PROGRIDE 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de estrutura (imóvel) • Indeferimento da candidatura

Quando analisado o problema das **vítimas de violência doméstica**, foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Destruturação familiar e individual;
- ⇒ Factores económicos, sociais e culturais;
- ⇒ Dependências (alcoolismo e toxicodependência).

E as seguintes consequências:

- ⇒ Negligência;
- ⇒ Fraca qualidade de vida;
- ⇒ Factores de risco para os filhos;
- ⇒ Degradação física e psíquica, com sequelas emocionais;
- ⇒ Disfunção familiar.

Figura 22 – Modelo de Eisenhower – Estrutura Familiar

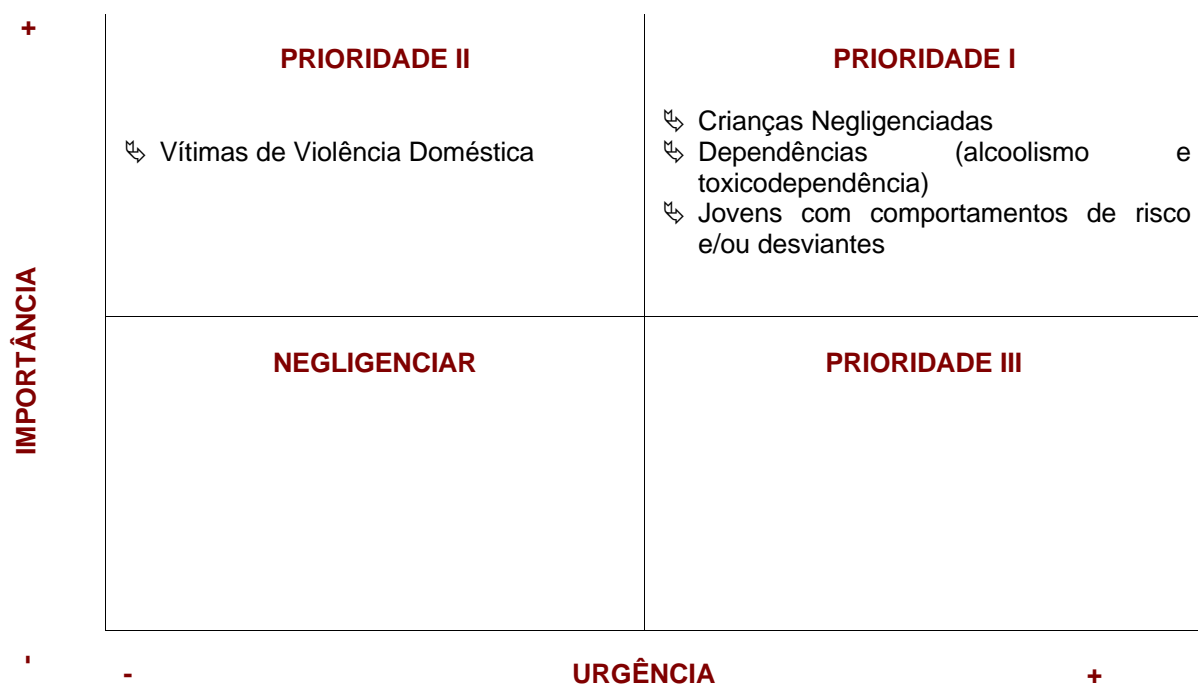


Tabela 23 – Análise de Prioridades – Estrutura Familiar

Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Crianças Negligenciadas	9	9	9	27
Jovens com comportamentos de risco e/ou desviantes	7	8	9	24
Dependências (alcoolismo e toxicodependência)	10	10	9	29
Vítimas de Violência Doméstica	9	6	9	24

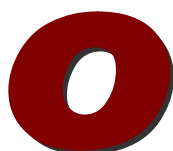
Assim, dadas as prioridades de intervenção diagnosticadas propõem-se os seguintes impactos e respectivos indicadores de avaliação:

Tabela 24 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Estrutura Familiar

Prioridades de Intervenção	Impacto Pretendido	Indicadores de Avaliação
Crianças Negligenciadas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a articulação entre instituições locais e a escola no sentido de diminuição da taxa de insucesso, abandono e absentismo escolar; • Continuar com as acções desenvolvidas pela comissão de protecção de crianças e jovens em risco e pela equipa de menores em risco de forma a diminuir o número de crianças e respectivas famílias acompanhadas por estas entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de insucesso escolar; • Taxa de abandono escolar; • Taxa de absentismo escolar; • Número de processos a decorrer na comissão de protecção de crianças e jovens em risco e equipa de menores em risco.
Jovens com comportamentos de risco e/ou desviantes	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e executar projectos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais junto dos jovens; • Continuar com as acções desenvolvidas pela comissão de protecção de crianças e jovens em risco e pela equipa de menores em risco de forma a diminuir o número de crianças e respectivas famílias acompanhadas por estas entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de criminalidade/delinquência juvenil; • Actividades dirigidas a crianças e jovens; • Taxa de insucesso escolar; • Taxa de abandono escolar; • Taxa de absentismo escolar; • Número de processos a decorrer na comissão de protecção de crianças e jovens em risco e equipa de menores em risco. • Actividades dirigidas a crianças e jovens;

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver acções de formação parental junto das famílias. 	
Dependências (alcoolismo e toxicodependência)	<ul style="list-style-type: none"> • Criar Actividades/ Ateliers de ocupação de tempos livres; • Dinamizar as parcerias locais no sentido de conceber e executar projectos conjuntos de prevenção na área das dependências; • Estabelecer uma parceria com o Centro de Alcoologia no sentido de intervir junto dos casos despistados no concelho; • Dinamizar os grupos de alcoólicos e narcóticos anónimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projectos de prevenção do consumo de álcool e drogas; • Número de indivíduos do concelho consultados e ou internados no Centro de Alcoologia.
Vítimas de violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um apartamento de reinserção/acolhimento; • Equipa especializada de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de casos em acompanhamento.

IV – SAÚDE



O conceito de saúde é definido pela Organização Mundial de Saúde como sendo “um estado de bem-estar total, físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 48/90 de 24 de Agosto, todos os cidadãos têm direito os cuidados de saúde, sendo a promoção da saúde e a prevenção da doença uma das principais directrizes da política nacional da saúde.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) abrange todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde, bem como os estabelecimentos privados e profissionais de saúde em regime liberal encontrando-se dividido em 5 regiões: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Encontram-se sobre tutela e superintendência do SNS os centros de saúde, os hospitais e o Instituto da Droga e da Toxicodependência.

4.1 - ACESSO À SAÚDE

Por definição, um Centro de Saúde é uma unidade básica do SNS para atendimento e prestação de cuidados de saúde à população. O Centro de Saúde de Sines pertence à Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Setúbal, contando com 2 extensões uma na freguesia de Sines e outra na freguesia de Porto Côvo. Na extensão de Porto Covo, os cuidados de saúde prestados contam com um médico e um enfermeiro, que pertencem ao Centro de Saúde de Sines e que se deslocam à extensão de Porto Côvo 3 vezes por semana. Para além dos cuidados prestados pelo médico e enfermeiro, nesta extensão trabalham ainda um auxiliar e um administrativo.

As situações que, em ambas as freguesias, careçam de tratamentos mais especializados, internamentos, realização de testes e/ou exames mais específicos são encaminhados para as unidades hospitalares, sendo que o hospital mais próximo se encontra sedado no concelho limítrofe de Santiago do Cacém – Hospital do Litoral Alentejano – a cerca de 20 km da cidade de Sines.

Segundo a tabela que se segue pode verificar-se que, no Centro de Saúde de Sines se encontram inscritos 17902 utentes, sendo que 6479 não possuem médico de família. O número médio de utentes por médico de família é de 2238.

Tabela 25 – Distribuição dos utentes inscritos no Centro de Saúde de Sines

Número de Utentes	Número de Utentes sem Médico	Número Médio de Utentes por Médico de família
17902	6479	2238

Fonte: Centro de Saúde de Sines

No ano de 2004, o Centro de Saúde de Sines contabilizou um total de 56514 consultas. No ano de 2005, os consultados somaram um total de 52790 utentes (cf. tabela 26).

Tabela 26 – Distribuição do número de consultas (anos de 2004 e 2005)

Número Total de Consultas			
2004		2005	
Serviço Ambulatório	SADU	Serviço Ambulatório	SADU
27.472	29.042	26.279	26.511

Fonte: Centro de Saúde de Sines

Tal como se pode constatar no dados supra mencionados, são muitos os utentes sem médico de família. A construção de um novo Centro de Saúde justifica-se pela necessidade de espaços físicos para a contratualização de mais médicos e outros técnicos de saúde (cf. tabela 29), colmatando assim as necessidades sentidas a este nível.

S.W.O.T. Saúde

<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bombeiros Voluntários de Sines • Centro de Saúde • Hospital do Litoral Alentejano • Cemetria • Visitas domiciliárias na área curativa e de promoção • Saúde escolar - Programa de saúde oral • Clínica de Diagnóstico de Sines • Centro de Atendimento a Toxicodependentes • Serviços Privados de Saúde 	<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <p style="text-align: center;">Acesso à Saúde</p>
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Saúde com vista à criação de duas vagas na enfermaria da Santa Casa destinadas a casos de emergência identificados pelo Centro de Saúde • PIDDAC - Construção de um novo Centro de Saúde (projecto) • Criação de uma unidade de Cuidados continuados e paliativos • Humanização dos serviços através de acções de formação 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • População com recursos económicos insuficientes para aceder aos serviços privados de saúde • Recursos técnicos insuficientes ao nível da medicina e enfermagem • Especialidades médicas insuficientes • Horário de atendimento do Centro de Saúde e do SADU • Falta de motivação dos técnicos de saúde • Adiamento constante da construção do novo Centro de Saúde • Falta de administrativos e auxiliares de apoio e vigilância

Face ao problema do **acesso à saúde** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Número insuficiente de profissionais de saúde;
- ⇒ Falta de consultas de especialidade;
- ⇒ Acessibilidades dentro do concelho.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Falta de continuidade dos tratamentos em consultas de especialidade, o que acarreta custos e deslocação (uma vez que as consultas se realizam fora do concelho) apesar de, quando uma consulta de especialidade é marcada através do Centro de Saúde, existir verba para reembolso dos custos dos transportes públicos;
- ⇒ Dificuldades de acessibilidade entre o concelho e outras localidades;
- ⇒ Morosidade na marcação de consulta de especialidade no hospital de referência, levando à desistência da mesma e consequente procura de consulta no sistema privado.

4.2 - NÚMERO INSUFICIENTE DE MÉDICOS DE FAMÍLIA, ENFERMEIROS E OUTROS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA DAR RESPOSTA A TODAS AS NECESSIDADES

Um outro problema ao nível da saúde é o número insuficiente de profissionais tanto de medicina geral como de enfermagem.

De acordo com a Assembleia Mundial de Saúde de 1983 *"primeiro objectivo da profissão médica é preservar a saúde e salvar a vida"*. No que respeita à enfermagem, Yura e Cols (1976) definem-na do seguinte modo: *"é, no essencial, o encontro do enfermeiro com um doente e sua família, durante o qual o enfermeiro observa, ajuda, comunica, entende e ensina; além disso, contribui para a conservação de um estado óptimo de saúde e proporciona cuidados durante a doença até que o doente seja capaz de assumir a responsabilidade inerente à plena satisfação das suas necessidades básicas"*.

Como é sabido tratam-se de recursos técnicos muito importantes na nossa sociedade.

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, em 2000, na Europa, existem 303 habitantes por cada médico. No que respeita a Portugal, através dos dados analisados verifica-se um ratio de 338 utentes por médico, sendo este número inferior nos grandes centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra e superior nos distritos do Alentejo, Setúbal e outros.

Tabela 27 – Comparação entre a Europa, Portugal e Distrito de Setúbal relativamente ao número de utentes por médico

	Número de utentes por médico
Europa	303
Portugal	338
Setúbal	527

Fonte: Organização Mundial de Saúde

Relativamente ao concelho de Sines, na Extensão de Sines e Porto Covo, o número de utilizadores (17902 utentes) ultrapassa em muito o número de habitantes (13577). Esta diferença deve-se, sobretudo, ao facto do concelho ser um ponto de passagem não só para turistas como também para muitos outros indivíduos que embora residam em concelhos vizinhos trabalham no nosso concelho.

Assim, actualmente, o número médio de utilizadores por médico é de 2226. Já ao nível da enfermagem, o número de utentes por profissional é de 1370 (cf. tabela 28).

Tabela 28 – Recursos humanos do Centro de Saúde de Sines

Recursos Humanos ¹³	Número de Médicos existentes	Número de utilizadores por médico	Número de Enfermeiros existentes	Número de utilizadores por enfermeiro	Técnicos de Saúde Ambiental	Administrativos	Auxiliares de apoio e vigilância	Outros ¹⁴
	8+1 ¹⁵	2238	10+3 ¹⁶	1790	1	13	2	2

Fonte: Centro de Saúde de Sines

Como se pode constatar na tabela 29 e por comparação com a tabela 28, existem ainda vagas no quadro do Centro de Saúde. As diferenças mais significativas entre o pessoal existente e as vagas no quadro situam-se ao nível dos médicos, enfermeiros e auxiliares de apoio e vigilância.

Tabela 29 – Recursos humanos do Centro de Saúde de Sines – vagas existentes no quadro

Recursos Humanos	Número de Vagas no Quadro - Médicos	Número de Vagas no Quadro - Enfermeiros	Número de Vagas no Quadro - Técnicos de Saúde Ambiental	Número de Vagas no Quadro - Administrativos	Número de Vagas no Quadro - Auxiliares de apoio e vigilância	Número de Vagas no Quadro - Outros ¹⁴
	12+1	16	1	15	6	2

Fonte: Centro de Saúde de Sines

¹³ Destes, 1 médico e 3 enfermeiros têm contratos a termo certo (3 mais 3 meses)

¹⁴ Compreende 1 motorista e 1 telefonista.

¹⁵ 8 Médicos de clínica geral, estando 1 colocado na Extensão de Saúde de Porto Covo, mais 1 médico de Saúde Pública

¹⁶ 9 Enfermeiros no Serviço Ambulatório na Extensão de Sines e Porto Covo e 3 enfermeiros no SADU

S.W.O.T. Saúde

Forças

- Centro de Saúde
- Hospital do Litoral Alentejano
- Cemetra
- Serviços Privados de Saúde
- CMS – Apoio no pagamento das rendas dos médicos deslocados

Fraquezas

Número insuficiente de médicos de família, enfermeiros e outros profissionais de saúde para dar resposta a todas as necessidades

Oportunidades

- Contratos individuais de trabalho (sem termo)
- Aquisição de habitação a custos mais acessíveis para promover a fixação dos profissionais de saúde no concelho

Ameaças

- Baixa remuneração dos técnicos
- Impossibilidade de efectuar contratos individuais de trabalho (sem termo)
- Inexistência de habitação a custos acessíveis

No que respeita ao problema do **número insuficiente de médicos de família, enfermeiros e outros profissionais de saúde para dar resposta a todas as necessidades** foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Falta de vagas no quadro para os técnicos de especialidade (p. ex.: fisioterapia, psicologia, entre outras);
- ⇒ Falta de incentivos para a fixação no concelho de médicos e enfermeiros;
- ⇒ Elevados custos com a habitação;
- ⇒ Contratos a termo certo (3 meses mais 3 meses) levando a um sentimento de insegurança profissional por parte dos técnicos;
- ⇒ Actuais instalações do Centro de Saúde.

No que concerne às consequências destes problemas, listam-se as seguintes:

- ⇒ Procura de consulta privada;
- ⇒ SADU (Serviço de Atendimento a Doentes Urgentes) algumas vezes sem médico;
- ⇒ Procura do SADU em substituição da consulta do médico de família;
- ⇒ Falta de continuidade das consultas de especialidade;
- ⇒ Sobreposição de espaços físicos, levando a partilha de gabinete por vários técnicos;
- ⇒ Os utentes ficam sem cuidados de saúde atempados.

Figura 23 – Modelo de Eisenhower – Saúde

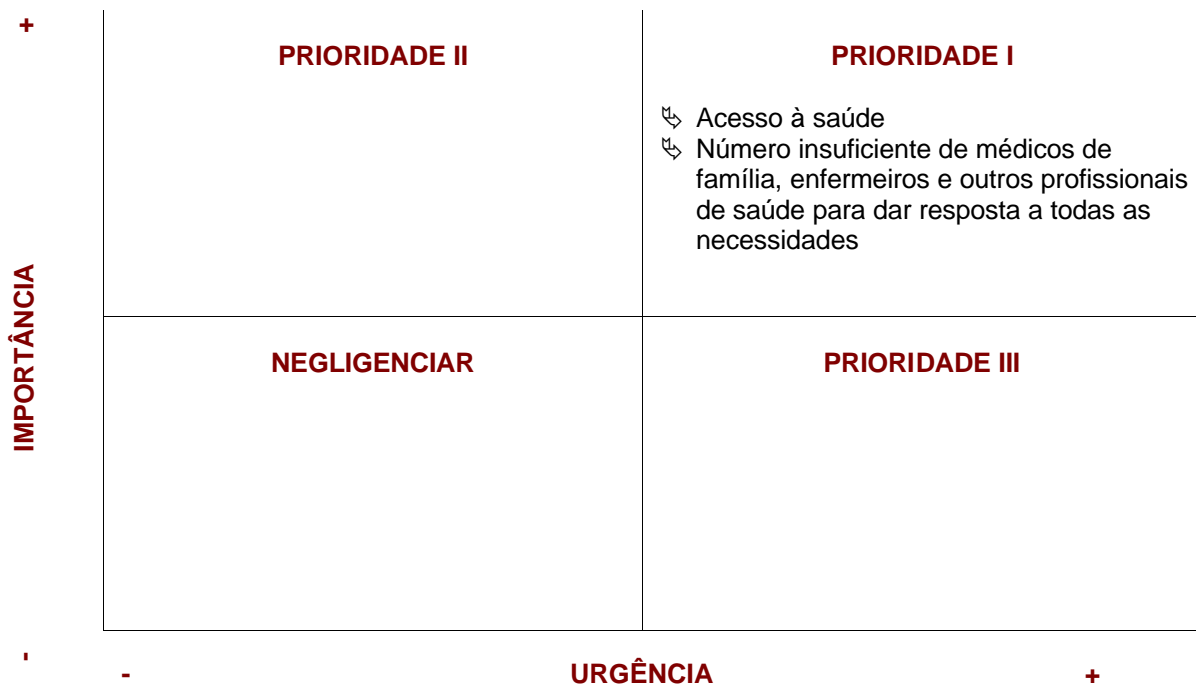


Tabela 30 – Análise de Prioridades – Saúde

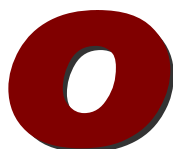
Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Acesso à Saúde	10	10	10	30
Número insuficiente de médicos de família, enfermeiros e outros profissionais de saúde para dar resposta a todas as necessidades	10	10	9	29

Assim, dadas as prioridades de intervenção diagnosticadas propõem-se os seguintes impactos e respectivos indicadores de avaliação:

Tabela 31 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Saúde

Prioridades de Intervenção	Impacto Pretendido	Indicadores de Avaliação
Acesso à saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um novo Centro de Saúde; • Elaboração de protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Saúde com vista à criação de 2 vagas na enfermaria da Santa Casa da Misericórdia destinadas a casos de emergência identificados pelo Centro de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de consultas; • Número de profissionais admitidos; • Número de pedidos/resposta a casos de emergência
Número insuficiente de médicos de família para dar resposta a todas as necessidades	<ul style="list-style-type: none"> • Novas contratualizações sem termo; • Incentivos à deslocação dos profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de profissionais integrados no Centro de Saúde

IV – ENSINO



objectivo fundamental da educação é fornecer, a cada indivíduo, os meios essenciais para o desenvolvimento do seu potencial, atribuindo-lhe competências para que se integre o melhor possível, na sociedade.

A educação e a formação são actualmente os principais instrumentos de identificação de pertença, de promoção e de desenvolvimento social. A Lei de Bases do Sistema Educativo conceptualiza a educação como uma permanente acção formativa, orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. O sistema educativo é, assim, um conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito à educação.

O Ensino Básico comporta 3 ciclos com uma duração de 9 anos, sendo universal, obrigatório e gratuito. Tem como objectivo fundamental possibilitar uma formação de base comum a todos os alunos, constituída pelo desenvolvimento “dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social” (cit. in Lei de Bases do Sistema Educativo).

O primeiro ciclo corresponde aos primeiros quatro anos lectivos. O ensino é globalizante, com a responsabilidade de um único professor, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas, nomeadamente pelo psicólogo educacional, pelo professor de ensino especial e em áreas de expressão.

No que diz respeito ao 1º Ciclo existem 4 escolas no concelho (cf. tabela). O nível de ocupação médio é de 97% (a qual aumentou 9% face ao ano lectivo transacto) correspondendo, aproximadamente, a 20 alunos por sala.

Tabela 32 – Número de alunos, salas e taxa de ocupação por sala dos estabelecimentos do primeiro ciclo por freguesia

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Número de Salas	Número de Alunos	Taxa de Ocupação por Sala (%)
Sines	EB do 1º CEB n.º 1	18	354	98
	EB do 1º CEB n.º 2	10	210	105
	EB do 1º CEB dos Lentiscais	1	19	95
Porto Côvo	EB do 1º CEB de Porto Côvo	2	36	90

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Sines

SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS

O **segundo ciclo** tem a duração de dois anos. O ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se em regime de um professor por área.

Este nível de ensino é assegurado, apenas, pela Escola 2,3 Vasco da Gama de Sines, estabelecimento de ensino que foi totalmente requalificado, tornando-se assim um espaço aprazível para todos que o frequentam. Abrange não só o segundo, como também o terceiro ciclo com um total de 565 alunos distribuídos por 14 salas de aula normais e várias outras para áreas especializadas, tais como: Educação Visual e Tecnológica, Educação Tecnológica, Educação Visual, Ciências da Natureza, Ciências Físicas ou Químicas, Educação Musical e Educação Física. O segundo ciclo abrange um total de 122 alunos, sendo que 26 destes se deslocam da freguesia de Porto Covo.

O **terceiro ciclo** tem a duração de três anos. O ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

Este nível é ministrado em dois estabelecimentos distintos:

- ↳ Escola Básica 2,3 Vasco da Gama
- ↳ Escola Secundária Poeta Al Berto

Em ambos os estabelecimentos de ensino, o terceiro ciclo é frequentado por um total 416 alunos (cf. tabela 33). De referir o número de alunos da Escola Básica 2,3 Vasco da Gama com necessidades educativas especiais. Aliás, tal valor corresponde a 18,8% dos alunos matriculados.

Tabela 33 – Número de alunos dos estabelecimentos de segundo e terceiro ciclos

Estabelecimento de Ensino	N.º de Alunos por Nível de Ensino (2005/2006)				Número de Alunos com NEE ¹⁷
	2º Ciclo		3º Ciclo		
	Número de Alunos	Número de Turmas	Número de Alunos	Número de Turmas	
Escola Básica 2,3 Vasco da Gama	356	16	209	11	106
Escola Secundária	---	---	227	11 ¹⁸	11

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Sines e Escola Secundária de Sines

ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário tem uma duração de 3 anos e visa o aprofundar dos objectivos do ensino básico através da integração dos saberes e da aquisição pelos alunos das competências

¹⁷ **NEE** – Necessidades Educativas Especiais, isto é todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionem com a deficiência ou dificuldades escolares.

¹⁸ Este valor engloba os alunos do terceiro ciclo e do ensino secundário.

adequadas para o prosseguimento de estudos superiores ou para a inserção no mercado de trabalho.

A Escola Secundária/ 3º Ciclo do Ensino Básico Poeta Al Berto é o único estabelecimento a assegurar este nível de ensino. No presente ano lectivo frequentam o ensino secundário 316 alunos, distribuídos por 16 turmas.

Tabela 34 – Número de alunos, turmas e alunos com NEE da Escola Secundária de Sines

Estabelecimento de Ensino	Número de Alunos	Número de Turmas	Número de Alunos com NEE
Escola Secundária/ 3º CEB Peta Al Berto	316	16	11 ¹⁹

Fonte: Escola Secundária de Sines

5.1 - INSUCESSO ESCOLAR

A educação e a formação são actualmente os principais instrumentos de identificação de pertença, de promoção social e de desenvolvimento social. “Contudo, não podemos pedir aos sistemas educativos e de formação que superem deficiências colectivas que os ultrapassam” (Marques, 1996, p. 46).

Na realidade, a escola permite a aquisição de competências básicas para a socialização permanente e integração social. Neste sentido, os indivíduos marcados pelo insucesso escolar, para além de mais desfavorecidos são também aqueles que possuem menores oportunidades de adquirirem mecanismos de resistência à exclusão.

De acordo com Cortesão & Torres (1990) existem três grandes grupos de variáveis, os quais podem isolada ou simultaneamente intervir ao nível do problema do insucesso escolar.

↳ Variáveis relacionadas com o ambiente social dos alunos – tratam-se dos aspectos relacionados com as características familiares no que respeita à sua cultura, situação económica, profissional e social. Neste grupo incluem-se também as características da comunidade em que o aluno se insere, nomeadamente o grupo de pares.

↳ Variáveis relacionadas com a estrutura escolar - inclui toda a política traçada pelo Ministério da Educação, isto é, o programa e materiais de ensino, o professor, as formas de avaliação, entre outras.

↳ Variáveis relacionadas com as características individuais do aluno – reporta às características físicas, psicológicas e sócio-culturais do aluno, as quais podem constituir-se como obstáculos à aprendizagem.

¹⁹ Este valor engloba os alunos do terceiro ciclo e do ensino secundário.

No que respeita à taxa de insucesso escolar, verifica-se na tabela 35 que os valores mais elevados se encontram ao nível do ensino secundário, especialmente no 10º (38%) e 12º anos (32%). De salientar ainda a taxa de insucesso escolar no 2º ciclo, a qual atingiu 26,5% dos alunos matriculados (ano lectivo de 2004/2005).

Tabela 35 – Taxa de insucesso escolar nas escolas concelhias

	Taxa de Insucesso Escolar (%)			
	Primeiro Ciclo	Segundo Ciclo	Terceiro Ciclo	Ensino Secundário
Agrupamento Vertical de Escolas de Sines	8	26,5	23,3	—
Escola Secundária/ 3º CEB Poeta Al Berto	—	—	26	32,7

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Sines e Escola Secundária/3º CEB Poeta Al Berto

S.W.O.T. Ensino

<p style="text-align: center;">Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ensino Recorrente • Casa da Juventude • Cursos de Educação/Formação (CEF) • Acompanhamento psicológico (apenas na Escola Básica 2,3 Vasco da Gama) • Currículos alternativos • Sala de Estudo da Espiga – Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado • Actividades de Tempos Livres (A Gaivota) • Actividades de Desporto Escolar • Sala de estudo/biblioteca • Projecto curricular de turma • Associações de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas 	<p style="text-align: center;">Fraquezas</p> <p style="text-align: center;">Insucesso Escolar</p>
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Associação de Pais na Escola Secundária • Alargamento do ensino profissional às escolas (2005-2006) • Gabinete de atendimento ao jovem • CRVCC - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano • Links na Internet para os alunos colocarem questões 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação entre a escola e os encarregados de educação • Elevado número de alunos por sala (28) na Escola Básica 2,3 Vasco da Gama • Falta de motivação dos alunos • Adaptação dos professores a uma realidade de ensino diferente • Falta de resposta ao nível da orientação vocacional • Falta de recursos • Destruturação e disfunção familiar

No que respeita ao problema do **insucesso escolar** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Falta de controlo/regras dos pais;
- ⇒ Estratégias desadequadas para os alunos com baixos níveis de motivação;
- ⇒ Falta de normas e hábitos de estudo/trabalho;
- ⇒ Conteúdos escolares desfasados dos interesses dos alunos;
- ⇒ Desvalorização da escola por influência de factores externos;
- ⇒ Falta de cursos de educação e formação para dar resposta aos alunos com insucesso escolar;
- ⇒ Destruturação/Disfunção familiar;
- ⇒ Número significativo de crianças e jovens do regime (Necessidades Educativas Especiais) que frequentam o ensino regular;
- ⇒ Existência de um técnico da área de psicologia para todo o agrupamento e consequente falta de tempo para dar resposta a todas as situações.

Relativamente às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ .Atingem a escolaridade obrigatória tardiamente;
- ⇒ Deficiência na formação;
- ⇒ Comportamentos de risco.

5.2 - FALTA DE MOTIVAÇÃO DOS PROFESSORES

O grupo de trabalho para as questões relacionadas com o ensino considerou, debateu e analisou o problema da falta de motivação dos docentes.

De facto, estudos desenvolvidos têm averiguado que os professores portugueses manifestam uma inferior motivação e satisfação profissional em relação aos dos outros países da Comunidade Europeia (Jesus, 2000). A motivação dos professores pode dever-se a factores endógenos (por razões meramente pessoais) ou exógenos (relativos ao meio escolar que os rodeia). O peso dos factores exógenos sobrepõe-se, muitas vezes, ao dos endógenos, levando a uma diminuição da motivação para o exercício desta profissão.

De entre os diversos factores pode apontar-se como um dos principais a incerteza do indivíduo, face ao seu futuro profissional. Este facto afecta o seu desempenho, uma vez que existe cada vez mais uma maior diferença entre a formação escolar, “correspondente a determinadas expectativas profissionais, e o início do percurso profissional, pois, frequentemente, este representa uma desilusão relativamente às expectativas iniciais” (Jesus, 2000, p. 23).

Simultaneamente, o professor depara-se na sua profissão com a incerteza do local de trabalho, e consequente adaptação a todo um novo meio.

No concelho, 10 dos professores do Agrupamento de Escolas de Sines (correspondendo a 7,9% do total) têm residem num raio superior a 50 km (cf. tabela 36). No caso da Escola Secundária/ 3º CEB Poeta Al Berto, o número ascende para 32 (equivalendo a 34,8% da população total).

Os conselhos executivos das escolas do concelho, sensíveis a este problema atribuíram horários mais flexíveis a estes professores.

Tabela 36 – Docentes cuja residência se situa a uma distância superior a 50 km

	Número total de docentes	Docentes com residência superior a 50 Km
Agrupamento Vertical de Escolas de Sines	126	10
Escola Secundária/ 3º CEB Poeta Al Berto	92	32

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Sines e Escola Secundária/3º CEB Poeta Al Berto

S.W.O.T. Ensino

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Ajustamento do horário, por parte dos estabelecimentos de ensino, consoante as necessidades dos professores• Condições físicas do espaço escola• Concentração do horário e tarefas, para os docentes com residência superior a 50 Km.	<p>Falta de motivação dos professores</p>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Cedência de habitação por parte da Câmara Municipal de Sines destinada exclusivamente aos docentes• Proposta de lei para a fixação dos professores por quatro anos	<ul style="list-style-type: none">• Falta de vaga na creche/jardim-de-infância para os filhos dos docentes• Falta de habitação a custos acessíveis• Tendência para uma menor oferta de habitação durante a época balnear (a partir do mês de Julho), associado a valores de arrendamento mais elevados• Inexistência de subsídio de deslocação para os professores com residência superior a 50 Km

Quando analisado o problema da **falta de motivação dos professores** foram diagnosticadas as seguintes causas:

- ⇒ Número de alunos por turma;
- ⇒ Cumprimento da legislação relativa à componente não lectiva;
- ⇒ Falta de fixação dos professores (principalmente do 3º ciclo);
- ⇒ Habitação do concelho com custos elevados.

No que concerne às consequências destes problemas, listam-se as seguintes:

- ⇒ Assiduidade dos professores;
- ⇒ Falta da continuidade pedagógica.

5.3 - FALTA DE RECURSOS NÃO DOCENTES NAS ESCOLAS

Os recursos não docentes nas escolas reportam aos auxiliares de acção educativa, assistentes administrativos, porteiros e seguranças, os quais são intervenientes e preciosos colaboradores na comunidade escolar, contribuindo para a eficiência e eficácia da qualidade dos serviços prestados.

As escolas concelhias possuem poucos colaboradores a este nível, sendo que aqueles que existem têm de se desdobrar em diversas tarefas. Actualmente, o problema da falta de recursos não docentes no Agrupamento de Escolas de Sines encontra-se minimizado, pois a Direcção Regional de Educação do Alentejo disponibilizou verba para a contratação de uma firma de limpeza, na escola sede do Agrupamento.

O problema da falta de recursos não docentes é bem patente na tabela que se segue, na qual se pode observar a existência de 16 auxiliares de acção educativa no Agrupamento Vertical, o qual é composto por 10 estabelecimentos de ensino.

Relativamente à Escola Secundária, este estabelecimento possui 24 auxiliares de acção educativa.

Tabela 37 – Número de Auxiliares de Acção Educativa, segundo o vínculo e respectivo estabelecimento de ensino

	Auxiliares de Acção Educativa		
	Quadro	Termo Certo	Contrato Administrativo de Provimento
Agrupamento Vertical de Escolas²⁰	12	4	—
Escola Secundária/ 3º C.E.B. Poeta Al Berto	16	2	6

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas de Sines e Escola Secundária/3º CEB Poeta Al Berto

²⁰ Existem 3 auxiliares de acção educativa nos Jardins de Infância n.º 1 e de Porto Côvo.

S.W.O.T. Educação

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Instituto de Emprego e Formação Profissional– Centro de Emprego de Sines• Câmara Municipal de Sines	Falta de recursos não docente nas escolas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Criação de um Banco Local de Voluntariado através da Rede Social• Contratação de pessoal não docente através da Direcção Regional de Educação do Alentejo	<ul style="list-style-type: none">• Falta de financiamento para a contratação de pessoal não docente• Dependência por parte dos estabelecimentos de ensino dos indivíduos que frequentam Programas Ocupacionais

Através da análise do problema da **falta de recursos não docentes nas escolas** diagnosticaram-se as seguintes causas:

- ⇒ Desajustamento do quadro de pessoal às necessidades (inexistência de vagas);
- ⇒ Contratos a termo certo.

No que respeita às consequências, foram identificadas as seguintes:

- ⇒ Falta de perfil adequado relativamente aos indivíduos que frequentam Programas Ocupacionais;
- ⇒ Falta de continuidade dos recursos;
- ⇒ Adequação do perfil dos indivíduos a frequentar o Programa Ocupacional às funções a desenvolver.

Figura 24 – Modelo de Eisenhower – Ensino

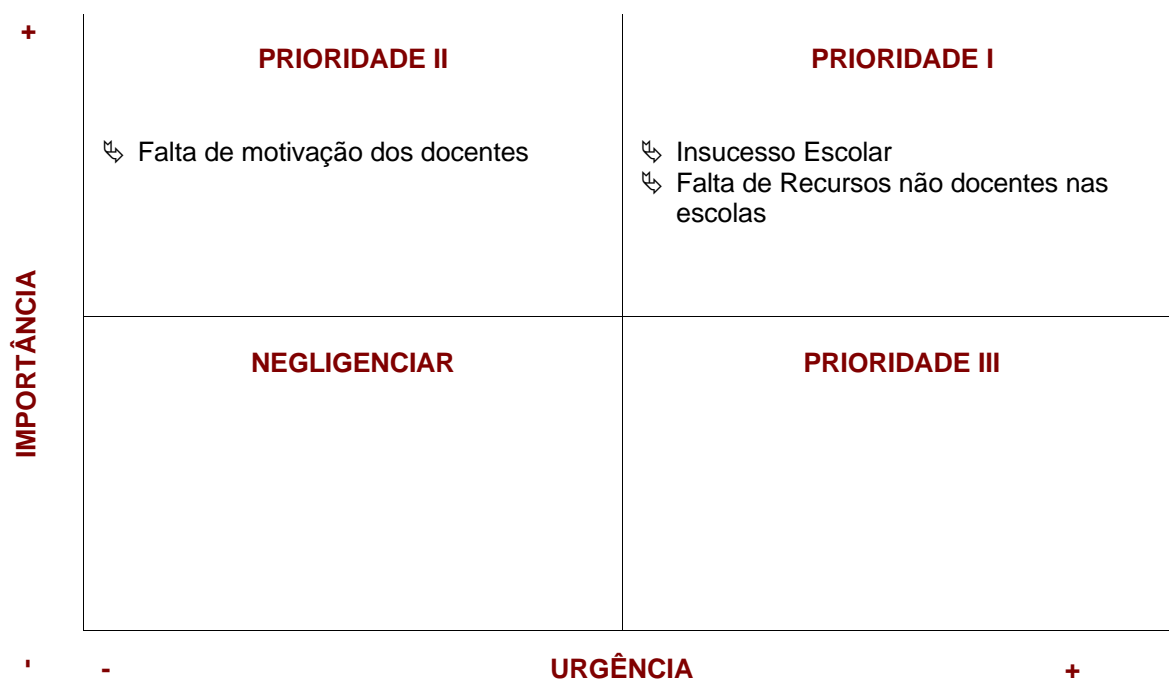


Tabela 38 – Análise de Prioridades – Ensino

Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Urgência (de 1 a 10, sendo 10 o mais difícil)	Total
Insucesso Escolar	8	9	10	27
Falta de recursos não docentes	7	8	10	25
Falta de motivação dos docentes	10	7	7	24

Assim, dadas as prioridades de intervenção diagnosticadas propõem-se os seguintes impactos e respectivos indicadores de avaliação:

Tabela 39 – Identificação dos impactos pretendidos e indicadores de avaliação – Ensino

Prioridades de Intervenção	Impacto Pretendido	Indicadores de Avaliação
Insucesso escolar	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar o insucesso e abolir o abandono escolar 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação sumativa
Falta de motivação dos professores	<ul style="list-style-type: none"> Continuidade pedagógica; Estimular e dignificar o profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> Assiduidade dos professores.
Falta de recursos não docentes nas escolas	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos serviços/eficácia. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação à eficácia dos serviços (supervisionamento do espaço exterior).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Social enquanto instrumento dinâmico resultante da participação dos diversos parceiros torna-se parte integrante do processo de intervenção.

Na construção deste documento foi necessário a mobilização e envolvimento dos parceiros que através de grupos de trabalho, contribuíram na identificação dos problemas sociais existentes no Concelho.

Embora correndo riscos de se perder alguma qualidade na construção do Diagnóstico Social, o facto deste ter sido concretizado por um conjunto vasto de pessoas e de instituições, muito distintas, com saberes também distintos mas complementares, constitui uma mais valia para o Concelho. Dado que é produto de uma grande participação por parte de todos os intervenientes, fornecendo uma orientação/consciencialização no trabalho de todos os parceiros, cumprindo deste modo os objectivos da própria rede social.

Como já foi referido, o Diagnóstico Social é aberto e contínuo, pretende-se assim que seja um documento em permanente construção.

O próprio Concelho de Sines encontra-se num processo de transformação, uma vez em que está aberta a discussão sobre a implementação de novos investimentos no Concelho, que irá sem dúvida, alterar, em grande parte, a realidade social diagnosticada.

No seguimento do Diagnóstico Social, em que foram identificadas as prioridades de intervenção, segue-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social para 3/5 anos no qual se definem as estratégias de intervenção, bem como os objectivos a alcançar.

Bibliografia

Carrilho, Maria J. & Gonçalves, Cristina (2004). *II Congresso Português de Demografia. Demografia e População: Os Novos Desafios. Análise Exploratória dos Resultados dos Censos de 1991 e 2001*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Cortesão, Luísa & Torres, Maria A. (1990). *Avaliação Pedagógica I – Insucesso Escolar*. Porto Editora

Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editores.

Instituto do Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Alentejo (Setembro 2005). *Caracterização da Procura de Emprego Registada na Região Alentejo*. Direcção de Serviços de Planeamento Operacional e Controlo de Gestão.

Jesus, Saul N. (2000). *Motivação e Formação de Professores*. Coimbra Quarteto Editora

Moreira, P. (2001). *Para uma prevenção que previna*. Coimbra: Quarteto Editora.

YURA, H.et. al., (1976). *Nursing Leadership: Theory and Process*. Appleton Century crofts.

ANEXO A



MUNICÍPIO DE SINES



O presente questionário foi desenvolvido pela **Rede Social da Câmara Municipal de Sines** e destina-se a avaliar as necessidades dos pais/encarregados de educação, no que respeita ao **período de funcionamento da creche e jardim-de-infância**.

Todas as respostas, informações e opiniões manifestadas são absolutamente confidenciais e servirão apenas para fundamentar o Diagnóstico Social do Concelho de Sines.

1. Creche/Jardim-de-infância: _____

2. Horário de trabalho:

Pai: _____

Mãe: _____

Outro encarregado de educação: _____

3. Indique o horário em que, habitualmente, entrega a criança na creche/jardim-de-infância: _____

4. Indique o horário em que, habitualmente, vai buscar a criança à creche/jardim-de-infância: _____

5. Considera o horário escolar ajustado às suas necessidades?

☐ Sim

☐ Não

5.1. Se a sua resposta foi negativa, indique o horário que mais se adequa às suas necessidades?

6. Normalmente, quem entrega a criança na creche/ jardim-de-infância (escolha apenas uma opção):

☐ pai

☐ mãe

☐ outros familiares. Quem: _____

☐ outras pessoas. Quem: _____

7. Normalmente, quem vai buscar a criança à creche/ jardim-de-infância (escolha apenas uma opção):

☐ pai

☐ mãe

☐ outros familiares. Quem: _____

☐ outras pessoas. Quem: _____

8. Geralmente, em que mês o seu agregado familiar costuma tirar férias?

☐ Janeiro

☐ Agosto

☐ Fevereiro

☐ Setembro

☐ Março

☐ Outubro

☐ Abril

☐ Novembro

☐ Maio

☐ Dezembro

☐ Junho

☐ Outra: _____

☐ Julho

(Se o agregado familiar não costuma tirar férias no mês de Agosto, não responda às questões que se seguem).

8.1. Indique se a escolha do período de férias anteriormente mencionado está associada ao mês de encerramento da creche/ jardim-de-infância?

☐ Sim

☐ Não

9. Se respondeu afirmativamente, indique o período em que o agregado familiar gostaria de tirar férias?

10. Observações:

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO B

O questionário foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada previamente. Este questionário visava avaliar as necessidades dos pais/encarregados de educação, no que respeita ao período de funcionamento da creche e jardim-de-infância.

O questionário inicia-se com a indicação do estabelecimento de ensino e horário laboral dos encarregados de educação. Contém 10 questões, sendo que 3 são abertas, 2 são fechadas e 5 são mistas. (cf. anexo A).

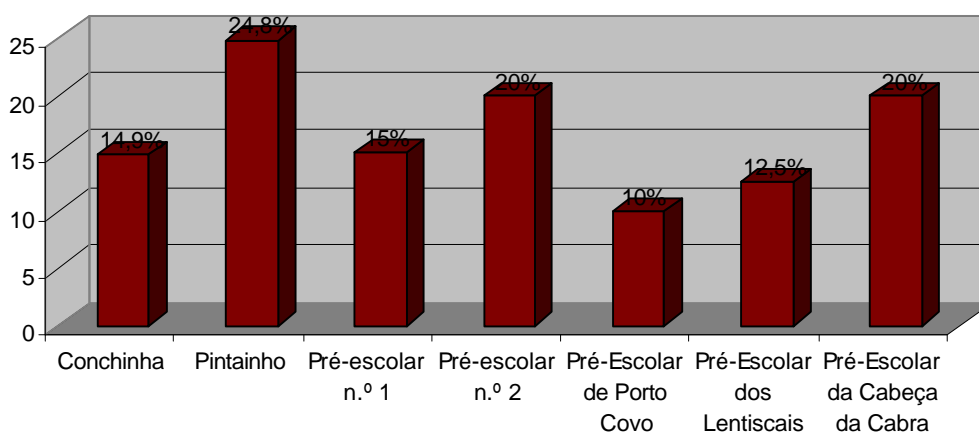
Durante o seu preenchimento, que foi realizado individualmente, os administradores acompanharam os sujeitos, esclarecendo eventuais dúvidas.

A dimensão da amostra de encarregados de educação (n=88) foi calculada considerando uma população total de 572, para um intervalo de confiança de 95% e um erro de 10%.

Na amostra não se encontra incluído o Infantário Capuchinho Vermelho, valência da Santa Casa da Misericórdia de Sines, que informou que “anteriormente haviam sido realizadas várias sondagens” das quais verificaram que “o número de crianças que permaneciam no infantário durante o mês de Agosto não justificava o funcionamento do mesmo”. Assim, a instituição resolveu não participar neste questionário por considerar que este iria confirmar a “sondagem” já realizada.

Na figura que se segue apresenta-se a distribuição dos encarregados de educação inquiridos. Pode constatar que a maioria dos inquiridos pertencia ao Infantário Pintainho (24,8%), seguindo-se do Pré-escolar n.º2 e da Cabeça da Cabra (20%).

Figura 1 – Distribuição dos encarregados de educação inquiridos segundo o estabelecimento de ensino.



Após análise de conteúdo das respostas dadas verifica-se que os horários laborais dos encarregados de educação são bastante diversificados.

A maior prevalência regista-se na categoria “horário de trabalho indefinido”, com 33%, correspondendo aos indivíduos que trabalham na pesca e fora do concelho. De salientar a existência de 15% dos pais que entram ao serviço às 8 horas. Da mesma forma 13,9% dos inquiridos saem do seu posto de trabalho a partir das 18 horas e 30 minutos.

Tabela 1 - Distribuição dos encarregados de educação (pai) segundo o horário laboral

6h – 18h	3,4%
8h – 17h30	2,4%
8h – 18h	3,4%
8h – 18h30	1,2%
8h – 19h	3,4%
8h – 20 h	1,2%
8h30 – 17h30	6,8%
9h – 17h	2,4%
9h – 17h30	1,2%
9h – 18h	5,7%
9h – 19h	5,7%
9h – 19h30	1,2%
9h – 21h	1,2%
Figura parental ausente	10,2%
Trabalho por turnos	13%
Horário de trabalho indefinido	33%
Desempregado	4,6%

Como se pode verificar na figura que se segue, 18,5% das mães inicia a sua actividade laboral às 8 horas e 11,8% finaliza após as 19 horas. De referir ainda que 33% afirmou não possuir horário de trabalho definido e 13% trabalha por turnos.

Tabela 2 - Distribuição dos encarregados de educação (mãe) segundo o horário laboral

7h – 16h	3,4%
8h – 16h	3,4%
8h – 17h	6,9%
8h – 17h30	3,4%
8h – 18h	1,2%
8h – 19h	1,2%
8h – 20 h	1,2%
8h – 21h	1,2%
8h30 – 15h30	2,4%
8h30 – 18h	4,8%
9h – 15h30	1,2%
9h – 17h	7,9%
9h – 17h30	3,4%
9h – 18h	3,4%
9h – 19h	3,4%
9h – 20h	2,4%
9h30 – 17h	3,4%
10h – 16h	2,4%
10h – 17h	1,2%
10h – 19h	1,2%
10h – 21h	1,2%
Trabalho por turnos	5,6%
Horário de trabalho indefinido	13,6%
Desempregado	19,3%

Relativamente ao horário de trabalho em que, habitualmente, o encarregado de educação entrega a criança na creche/pré-escolar, uma percentagem significativa (50,1%) afirmou ser às 9 horas.

Dado o horário de trabalho de muitos pais, 17,% referiu entregar o seu educando às 8 horas (cf. tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos encarregados de educação segundo o horário de entrega da criança no estabelecimento de ensino

8 horas	17%
8.30 horas	17%
9 horas	50,1%
9.30 horas	13,6%
10 horas	2,3%

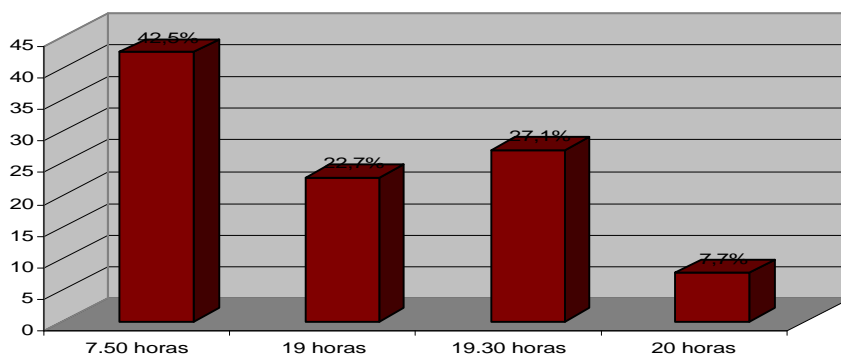
Quando analisados os dados referentes ao horário em que, habitualmente, encarregados de educação vão buscar a criança à creche/pré-escolar observa-se que a maioria se centra na categoria 17 horas (29,6%)

Tabela 4 - Distribuição dos encarregados de educação segundo o horário em que vão buscar a criança ao estabelecimento de ensino

15.30 horas	17%
16 horas	14,7%
16.30 horas	18,2%
17 horas	29,6%
17.30 horas	17%
18 horas	3,5%

Os sujeitos referiram assim que o horário mais adequado às suas necessidades, no período da manhã, seria iniciar às 7.50 horas (42,5%) e no período da tarde, finalizar às 19.30 horas (27,1%).

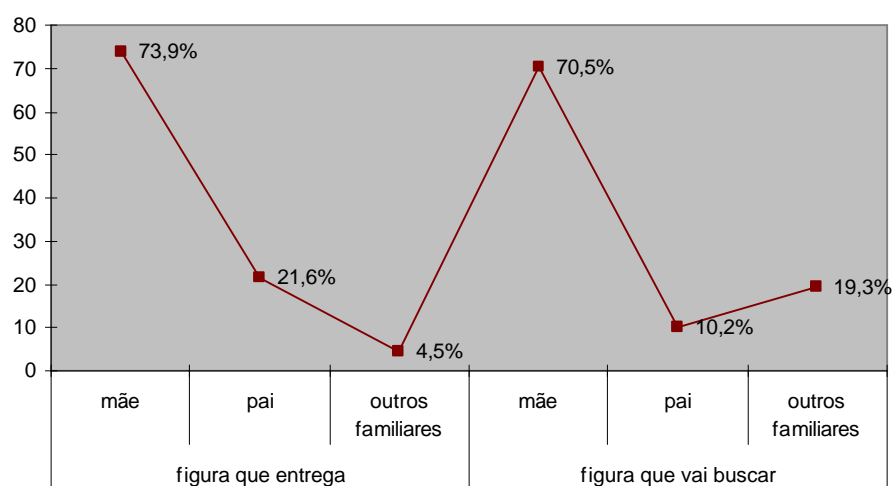
Figura 2 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo a adequação do horário escolar



De uma forma geral é a mãe a figura que entrega (73,9%) e vai buscar (70,5%) mais frequentemente a criança à creche/pré-escolar.

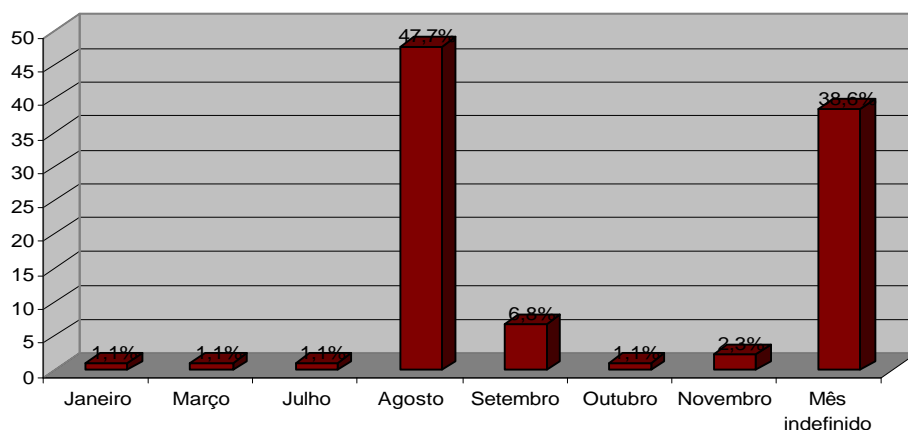
De salientar também a percentagem significativa de outras figuras familiares que vão buscar a criança ao estabelecimento de ensino (19,3%), nomeadamente os avós ou irmãos mais velhos. A presença destes familiares justifica-se habitualmente pelo horário laboral dos pais.

Figura 3 – Distribuição dos sujeitos inquiridos de acordo com a figura que entrega e vai buscar a criança ao estabelecimento de ensino



No que concerne ao mês habitual de férias, 47,7% dos inquiridos referiu ser o mês de Agosto e 38,6% salientou não possuir um mês definido.

Figura 3 – Distribuição dos sujeitos inquiridos segundo o mês habitual de férias



De relevância para este estudo foi perceber se a escolha do mês de Agosto como período de férias estava ou não associada ao mês de encerramento da creche/ pré-escolar. Desta forma, 54,7% dos inquiridos afirmou que “sim” e 45,3% salientou que “não”.

Figura 4 – Distribuição dos sujeitos inquiridos de acordo com a escolha do mês de Agosto enquanto período de férias associado ao mês de encerramento da creche/ pré-escolar

